UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

HENRIQUE SCHNEIDER LYRA

A QUESTÃO NACIONAL: HISTÓRIA E ATUALIDADE DE UMA CONTRADIÇÃO POLÍTICA FUNDAMENTAL

PORTO ALEGRE

2018

HENRIQUE SCHNEIDER LYRA

A QUESTÃO NACIONAL: HISTÓRIA E ATUALIDADE DE UMA CONTRADIÇÃO POLÍTICA FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requesito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman

PORTO ALEGRE

2018

RESUMO

O presente trabalho procura analisar a questão nacional como luta de classes e uma contradição política central na fase imperialista da história, do surgimento do imperialismo aos dias atuais. Também busca relacionar as revoluções de libertação nacional do século XX ocorridas no Terceiro Mundo com o socialismo e com diferentes modelos políticos antiimperialistas. Por fim, busca projetar a atualidade da questão nacional no desenvolvimento do século XXI diante da expansão imperialista desde a década de 1990. Para a realização da pesquisa, a base de investigação da mesma é o materialismo histórico e a tradição socialista, de Marx até o tempo presente.

Palavras-chave: Questão Nacional. Lutas de classes. Revoluções. Imperialismo. Socialismo.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the national question as a class struggle and a central political contradiction in the imperialist phase of history, from the emergence of imperialism to the present day. It also seeks to relate the revolutions of national liberation of the 20th century occurred in the Third World with socialism and with different anti-imperialist political models. Finally, it seeks to project the relevance of the national question to the development of the 21st century in the face of imperialist expansion since the 1990s. For the realization of the research, the basis for its investigation is historical materialism and the socialist tradition, from Marx to present tense.

Key-words: National Question. Class struggle. Revolution. Imperialism. Socialism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 5
1 AS QUESTÕES COLONIAL E NACIONAL: AS BASES TEÓRICAS..... 9
1.1 A Questão Colonial em Marx..... 9
1.2 Marx e a teoria geral do conflito social..... 16
1.3 Lenin e a era imperialista da História..... 20
1.4 A questão nacional..... 23
2 A QUESTÃO NACIONAL NA HISTÓRIA..... 26
2.1 Democracia *versus* autoritarismo – um falso dilema..... 26
2.2 A Revolução de Outubro e a ruptura na história..... 31
2.2.1 A questão nacional dentro da União Soviética – as nacionalidades..... 34
2.3 As revoluções dos povos oprimidos..... 38
2.4 As conquistas democráticas das classes populares nos países imperialistas..... 46
2.5 A centralidade da questão nacional no século XX..... 48
2.6 Fim do socialismo e da questão nacional?..... 50
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 54
REFERÊNCIAS..... 58

INTRODUÇÃO

O tema central do presente trabalho, qual seja, a questão nacional, não é nenhuma novidade. Ele já foi debatido por inúmeros representantes da tradição marxista ao longo do século XX. Os debates revelaram a importância do problema para as lutas de classes dos povos oprimidos, e durante as décadas do último século foram travadas lutas em que a questão nacional teve destaque central.

Contudo, juntamente com o fim de parte significativa dos Estados socialistas, a questão nacional deixou de ser um eixo principal dos debates e das práticas de setores das classes oprimidas. Poucos são os debates atuais sobre a questão nacional, e quando são feitos, não tem o devido alcance e profundidade. Então, o objetivo maior das páginas a seguir é o de demonstrar a importância central da questão nacional para o processo histórico dos séculos XX e XXI, uma tentativa de elucidar a temática considerada de grande importância e contribuir de alguma forma com o debate.

A questão nacional está situada nas contradições fundamentais existentes no mundo, em que são colocados como antagonistas os países oprimidos, de um lado, e os poucos países imperialistas, de outro. Os últimos expropriam os países do Terceiro Mundo e repartem as riquezas mundiais entre si. A questão nacional projeta a emancipação dos primeiros frente aos segundos, com uma libertação de forma não negociada ou pactuada, mas a partir de rupturas no sistema político e econômico. As rupturas se desenvolvem a partir das imposições econômicas e políticas do sistema imperialista, quando o conjunto dos povos oprimidos do Terceiro Mundo é obrigado a seguir os interesses das burguesias dos países centrais. Então, a luta por libertação tem como objetivo maior acabar com a exploração e a opressão dos agressores imperialistas e seguir caminhos próprios com plena soberania.

Os objetivos do trabalho passam por averiguar a centralidade da questão nacional como a contradição política fundamental desde o período do surgimento da fase imperialista do capitalismo e da história, principalmente em meio ao recente período em que ocorre uma tentativa de recolonização e ampliação do imperialismo em imensos territórios do mundo. Da mesma forma, a pesquisa busca demonstrar a interação das lutas de classes e demais contradições no tempo e no espaço, em que a questão nacional se destaca até os dias atuais.

O método do trabalho é o materialismo histórico, pela sua capacidade de distanciamento crítico para as análises do passado e do presente e possibilitar um resultado

mais coerente. A base teórica do trabalho é a tradição marxista, com a presença de importantes figuras do passado e do presente da mesma tradição. Apesar disso, as escolhas das referências bibliográficas não passam pela subjetividade apenas, mas passam pela objetividade do processo histórico em que algumas figuras souberam ler e participar de forma decisiva para o objeto da pesquisa. Nesse sentido, é indispensável utilizar autores e personagens com participação ativa ou cuja leitura da realidade de seu tempo foi correta, independente das preferências unicamente subjetivas. Ao mesmo tempo, quando os mesmos estiveram equivocados, não foram utilizados pela não correspondência da tese com a realidade.

Muitas vezes, setores da esquerda tratam os textos da tradição socialista (em especial Marx) no sentido de que o critério final para averiguação seria o próprio texto. Os textos não estão necessariamente de acordo com a realidade apenas pelo fato do autor ser Marx, Engels, Lenin ou quem quer que seja. Na maioria dos casos, estavam certos pela precisa leitura da realidade do seu tempo e pelo fato de eles mesmos representarem as melhores tentativas de interpretação e transformação histórica necessária para as classes oprimidas. Assim, a sacralização do texto afastada da prova real do processo histórico impede a compreensão, na medida em que o critério para averiguar a verdade não passa pelos textos, mas pelo próprio processo histórico. O pensamento pode ser sintetizado da seguinte forma:

> Transformar Marx em uma espécie de tribunal implica [...] consequências perversas: indagar hoje quem teria sido “mais marxista”, Trotsky ou Stalin, ou Lenin, ou Bukharin é tão inútil e inócuo quanto querer condenar a todos como “antimarxistas”, de modo a entrar em contato imediato com a autêntica “doutrina”. Esse comportamento é ainda mais inócuo pelo fato de que parece pressupor que a verdadeira ou presumida conformidade com o sagrado texto de Marx seja por si só sinônimo de uma correta orientação ideológica e política (LOSURDO, 2015b, p. 182).

O erro na busca pelo “autêntico” Marx, pelo texto sagrado de qualquer figura distanciado da realidade provoca consequências desastrosas. Para evitar cair nos erros, o balanço histórico tomado de conjunto parece ser o melhor método.

Explicadas as questões preliminares, podemos passar ao desenvolvimento geral da pesquisa. A primeira parte passa pelas questões de explicar o que representam a questão nacional e a questão colonial, posicionando-as historicamente a partir do desenvolvimento econômico e político do capitalismo. A explicação dos conceitos e das categorias centrais do

trabalho tem espaço no primeiro capítulo, em que a explicação teórica e mais geral dos autores tem base na prática. Em Marx, a questão colonial é colocada na etapa de livre concorrência do capitalismo e dos grandes impérios coloniais. Com a base teórica de Marx, Lenin fez a leitura do surgimento da fase superior do capitalismo, o imperialismo. Essa fase se destaca pelo fim da livre concorrência, pela consolidação dos grandes monopólios e pela questão nacional em etapa mais explícita e madura. Na história em geral e nas duas fases citadas do capitalismo, as lutas de classes representam o motor da história, porém, especial destaque recebe a questão nacional na era imperialista do capitalismo. É na etapa imperialista que a questão nacional se insere de modo mais acabada. O desenvolvimento teórico da primeira parte é essencial para compreender o problema político central e o desenvolvimento histórico nos século XX e XXI.

Na segunda parte, aparecem de forma mais clara as lutas políticas colocadas na história, cuja base interpretativa é a teoria marxista e os problemas da primeira parte. As lutas das classes oprimidas tomadas de conjunto partem de uma negação ao modelo político de imposição dos países imperialistas, de modo que a democracia liberal não reflete os anseios da grande maioria da população mundial, ainda que os rebelados sejam tratados pela máquina de propaganda da ideologia imperialista como autoritários e bárbaros. A ruptura com as imposições das classes opressoras tem início com a consolidação do poder bolchevique gerado pela Revolução de Outubro, em que ao meio às inúmeras contradições políticas, econômicas e sociais, aparece com grande importância a questão nacional – embora muitas vezes seja colocada ao último plano ou como sem importância. Além da manifestação da questão nacional na URSS como um todo desde a sua consolidação, internamente a questão nacional ganha relevância principalmente pela composição das inúmeras nacionalidades dentro de uma totalidade política.

A URSS terá papel chave e servirá como base das lutas de classes no século XX, não apenas para o socialismo, mas também para as lutas de libertação nacional. Com a vitória na II Guerra Mundial e a manutenção da existência do Estado soviético contra a agressão do projeto de colonização nazista, abre-se um período de grandes emancipações nacionais. Em todas as partes do mundo a onda de revoluções impõe duras derrotas ao imperialismo e a radicalização dos movimentos nacionais encontra no centro dos países imperialistas grandes movimentos populares com reivindicações políticas, civis e sociais baseados na situação em que se encontrava a URSS e nas revoluções dos povos oprimidos do Terceiro Mundo. A

questão nacional aparece como o grande centro das inúmeras lutas e conquistas das classes oprimidas ao longo do século XX e segue sendo parte fundamental das lutas políticas até o tempo presente.

1 AS QUESTÕES COLONIAL E NACIONAL: AS BASES TEÓRICAS

As partes desse capítulo e a sua ordem representam ao mesmo tempo um desenvolvimento da história e um desenvolvimento da teoria. A primeira, de ordem cronológica, mostra as características das diferentes fases em que o capitalismo se encontrava, do capitalismo de livre concorrência ao capitalismo dos grandes monopólios, o imperialismo. A segunda revela como a teoria acompanhou as etapas históricas do capitalismo e como se deu a leitura que os principais teóricos fizeram de cada etapa e das mudanças de uma etapa para outra. Na etapa de livre concorrência do capitalismo, é Marx quem analisa a expansão do mercado e suas consequências contraditórias para além do Velho Continente. Já na etapa do imperialismo, Lenin buscou dar sequência à teoria marxista, porém colocada em uma nova e superior fase do capitalismo, em que as relações entre os povos do centro e da periferia do mundo tornaram-se mais agudas e complexas.

1.1 A Questão Colonial em Marx

Os primeiros e mais conhecidos debates sobre a questão nacional, ao menos com o conceito referido dessa forma, datam do início do século XX, e foram travados principalmente pela II Internacional e depois pela III Internacional. Contudo, ainda em meados do século XIX, Karl Marx já havia tratado do assunto, mas com um nome diferente: a questão colonial (MARX, 1978a). Essa questão se tratava da etapa histórica do capitalismo anterior ao surgimento do imperialismo em amadurecimento a partir do último quartel do século XIX. Porém, a contradição política, econômica e social entre dois tipos de povos já era realidade há séculos com o sistema colonial.

Como se sabe à primeira vista, o desenvolvimento teórico de Marx inicia-se especificamente com a análise das contradições da sociedade europeia capitalista mais desenvolvida. Ali, a contradição mais destacada se dava pela luta entre a classe burguesa e a classe operária. Contudo, ainda no período de dominação feudal foi que se deu o surgimento destas contradições que levariam à ruína da sociedade feudal decadente. No *Manifesto Do Partido Comunista*, Marx lembra que “a descoberta da América e a passagem ao Cabo abriram um novo campo para a burguesia ascendente” (Ibidem, pg. 13) e o impulso nunca antes conhecido ao comércio, à navegação e à indústria passaram diretamente pelos “mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América, as relações comerciais com as colônias, o aumento dos meios de troca e das mercadorias em geral” (Ibidem, pg. 13).

Nesse sentido, as Grandes Navegações revelam a agudização das contradições também para além do Velho Continente e a necessidade de expansão ininterrupta do sistema colonial para dar conta do crescente mercado manufatureiro e mais tarde da grande indústria da burguesia europeia. Nasce então a oposição entre povos colonizadores e povos colonizados. Os povos não-ocidentais, ou seja, os povos colonizados ou semicolonizados sofrem como um todo com a invasão e saque dos povos europeus.

Um continente cujo desenvolvimento ganha espacial atenção de Marx e de Engels é a Ásia, quando da derrota das revoluções populares de 1848-9 na Europa e com o deslocamento das lutas internacionais para o grande continente asiático (COSTA; CLEMENTE, 2012). Na mesma direção do desenvolvimento da história e dos acontecimentos políticos apontava Marx ao analisar os movimentos revolucionários e de libertação antifeudal dos Taiping chineses contra o Império da Dinastia Manchu (Qing)[1] e sua relação com os movimentos populares na Europa:

> "[...] o próximo levantamento dos povos europeus em favor da liberdade republicana dependerá provavelmente mais do que se passa no Celeste Império – no pólo oposto da Europa – do que qualquer outra causa política atual (MARTINS, 2013, pg. 97 apud, MARX, 1853).

Além de demonstrar que Marx estava atento ao que acontecia fora da Europa – diferente de outros historiadores eurocentristas (HOBSBAWM, 2013b) –, o trecho a cima acaba com a tese – aliás, muito propagada e incompleta – de que Marx vislumbrava num futuro próximo apenas a revolução europeia, ou seja, onde as forças produtivas capitalistas estariam mais avançadas. Pelo contrario, a "teoria do elo mais fraco" leninista já estava de alguma forma presente no Marx dos anos de 1850 (MARTINS, 2013). Esta percepção anterior se aprofunda mais a partir das décadas seguintes, quando fica claro que a emancipação nacional ou colonial na periferia do mundo não-capitalista não apenas chegaria primeiro, como poderia ser a desencadeadora da revolução social no centro capitalista, demonstrando que a História não seria única e linear, mas constituída por vários processos simultâneos com diferentes graus de desenvolvimento (COSTA; CLEMENTE, 2012).

---

[1] Àquela época, a China Imperial vivia um acúmulo de contradições internas e externas: convulsões sociais internas geradas pelo desgaste dos Manchu, pauperização da vida da população, revoltas populares, domínio econômico inglês. A dinastia que então se encontrava no poder era refém dos ingleses desde a Primeira Guerra do Ópio (1839-42), cujo resultado vai além do período dos combates, visto que com essa guerra inicia-se o "século das humilhações", quando a China se tornou uma semicolônia inglesa até a Revolução de 1949.

Ao escrever em 1853 o texto “Revolução na China e na Europa” para o New York Tribune sobre as rebeliões chinesas contra os invasores ingleses, Marx analisa a situação específica e conjuntural, ao mesmo tempo em que formula o princípio teórico universal que serve como base para este trabalho, qual seja, a de que a grande luta que os povos oprimidos devem seguir é a luta por libertação nacional frente ao dominador estrangeiro:

> Seja qual for a forma religiosa, dinástica ou nacional que possam assumir as causas sociais e sejam quais foram essas mesmas causas sociais [...], a razão desta erupção foi indiscutivelmente proporcionada pelo canhão inglês que lançou à força sobre a China essa droga soporífera chamada ópio (MARX, 1978a, p. 21-22).

Quanto ao vizinho chinês, a Índia, podemos ver a não linearidade do processo político, histórico, econômico e social: alguns atuam para desenvolver a produção e para revolucionar aquela formação social; outros agem no sentido de acentuar a dominação inglesa na região.

De um lado, a expansão do mercado capitalista pelos interesses econômicos da Inglaterra, sem considerar os interesses dos donos daquele território saqueado, gerou uma completa revolução na formação social indiana. A ação inglesa implodiu por completo a estabilidade da região baseada na organização social de tipo patriarcal, desorganizada, enquanto sua população perdia os seus meios de subsistência hereditários. O despotismo teria colapsado, assim como a escravidão e o sistema de castas baseado na religião e na natureza (MARX, 1978a). Por outro lado, ainda que o homem tenha cumprido ali o seu papel de ser ele mesmo o agente histórico transformador fundamental, acabando de algum modo com o estacionário sistema oriental, este homem era um agente transformador geograficamente localizado: o dominador europeu. Portanto, em troca da soberania atrasada, veio a modernidade da subjugação nacional. Os indianos não apenas encontravam-se em situação de extrema exploração e opressão nacional, como o seu o exército, sob comando inglês, foi forçado a invadir e ocupar o fragmentado Afeganistão[2] no fim da década de 1830, - isto é, um povo oprimido obrigado a guerrear com outro povo oprimido para manter os interesses do opressor ocidental[3].

---

[2] A divisão do Afeganistão em regiões rivais seria explorada de forma semelhante nas últimas décadas do século XX, desta vez pelo imperialismo estadunidense e em nome da exportação da “democracia” e da “liberdade”. Esta invasão destruiu o país e sua autonomia e fomentou o terrorismo.

[3] Os indianos, com o apoio de Gandhi, ainda seriam forçados a morrer em nome do interesse colonialista da Inglaterra em três ocasiões: Guerra dos Bôeres na África do Sul (e futuro massacre contra os zulus na província de Natal), Primeira Guerra Mundial e Segunda Guerra Mundial (LOSURDO, 2012).

Cabe ressaltar as condições da vida cotidiana em que se encontravam os indianos sob o domínio europeu. A brutalidade dos ingleses em território colonial merece destaque. Diante de inúmeras reclamações formais dos indianos devido ao tratamento dos agentes a mando da Companhia, Marx assinala que "a existência generalizada da tortura como instituição financeira da Índia é, portanto oficialmente admitida, embora a sua admissão seja feita de maneira a proteger o próprio Governo britânico" (MARX, 1978ª, p. 200). Portanto, o interesse do governo de Londres não passa por questões humanitárias. Os debates acerca das torturas ocorreram somente quando as reclamações formais chegaram às autoridades britânicas. Dessa forma, não sabemos quantas reclamações foram feitas diretamente aos policiais e coletores de impostos (inclusive relatadas no próprio texto das reclamações) ou quanto tempo demorou até que fosse feita a primeira reclamação formal. Os interesses dos ingleses eram essencialmente econômicos e políticos.

As ações britânicas na Índia mudaram drasticamente a realidade daquele território e seus habitantes. Marx destaca que antes da dominação estrangeira, a Índia enviava seus tecidos de alta qualidade para a Europa, enquanto recebia em troca metais preciosos, que chegavam em quantidades abundantes ao ponto de até as pessoas mais pobres, aquelas que quase andavam nuas, andarem com adornos dourados pendurados ao pescoço. Aqui, muito interessante é o papel da economia para a dominação política nacional e como a soberania econômica é essencial para o desenvolvimento independente de um Estado do Terceiro Mundo e, consequentemente, para a questão nacional e colonial.

> Foi o intruso britânico quem partiu o tear manual e destruiu a roda de fiar. A Inglaterra começou a afastar os algodões indianos do mercado europeu; depois introduziu o fio partido no Indostão e, finalmente, inundou o próprio país de origem do algodão com algodões (MARX, 1978a, pg. 44).

Em um período de apenas dezoito anos (1818 a 1836), a exportação de fio torcido dos ingleses para os indianos teve um aumento na proporção de 1 para 5200, enquanto que exportação de musselinas britânicas (um tipo de tecido leve) saltou de um milhão de jardas para sessenta milhões em treze anos (1824 a 1837). O mais incrível desses dados é que a população indiana nas cidades conhecidas pela produção dos tecidos caiu exponencialmente no mesmo período. Em Daca, por exemplo, a população caiu de 150 mil para 20 mil (MARX, 1978a). Vemos então o papel essencial exercido pela desenvolvida economia inglesa e sua tendência política expansionista sobre o subcontinente indiano, em que as suas formas sociais foram dissolvidas "nem tanto devido à interferência brutal do coletor de impostos britânico e

do soldado britânico, mas pela ação da energia inglesa e do comércio livre inglês (Ibidem, p. 46)".

As radicais mudanças na sociedade indiana realizadas pela burguesia inglesa, com a gradual substituição de uma sociedade estática para uma moderna com possibilidades para o desenvolvimento, dissolveriam os impedimentos para o progresso. Porém, as camadas populares não seriam as beneficiárias desse processo, na medida em que suas condições de vida não melhorariam de forma substancial e a miséria perpetuada pelos ingleses degradaria a realidade do povo local. As condições de vida não dependiam apenas do desenvolvimento das forças produtivas, mas da apropriação dessas feita pelo povo (Ibidem). Ou seja, as novas relações criariam condições para a emancipação das classes populares e da Índia com bases modernas, e não mais atrasadas.

A Índia foi o país chave para a abertura do Extremo Oriente (HOBSBAWM, 2013a), e o tráfico de drogas daquele país foi uma das artimanhas dos ingleses para a Primeira Guerra do Ópio contra a China e sua abertura forçada pelo Ocidente. Há um enorme contraste entre a situação anterior e posterior a essa guerra. Vejamos: a China era um milenar Império autossuficiente que rejeitava as trocas comerciais com os europeus pelos termos dos últimos. Nos últimos anos do século XVIII, a Inglaterra propôs trocar sedas, porcelanas, ervas medicinais e folhas de chá por suas roupas de lã. Contudo, o Imperador chinês respondeu que aos chineses não faltava nada e as manufaturas britânicas eram desnecessárias. Em seguida, os ingleses foram obrigados a comprar os mesmos produtos pagando em prata. O grande Império asiático também era admirado por grandes nomes do pensamento europeu como Leibniz e Voltaire devido ao seu espírito laico, reconhecida por Goethe por sua alta cultura literária. Tratava-se de um Estado cujos altos cargos administrativos, diferentemente do que ocorria na Europa, eram preenchidos por concurso público (LOSURDO, 2004). A grandeza do Estado chinês era tamanha, que em "1820 a China tem a glória de gerar um produto interno bruto que constituía 32,4% do PIB mundial" (LOSURDO, 2010, p. 301).

O déficit da balança comercial inglesa com a China fez com que fosse praticada a exportação de ópio da Índia para desestabilizar o Império Celestial. Mais tarde, a queda drástica desse Império tem início justamente quando da Guerra do Ópio, e juntamente com essa guerra inicia-se o "século das humilhações", que terá duração até 1949, quando os comunistas chegam ao poder. O século em que a China sai do papel de grande civilização para um país semicolonial dos mais pobres do mundo é explicado pela perda de sua soberania

e territórios como Hong Kong e Macau, pelo saque sem fim de suas riquezas, do seu povo e do massacre de milhões de pessoas. Essa obra é realizada pelas potenciais ocidentais tais como Inglaterra, França Portugal, Alemanha, Itália Estados Unidos, mais Rússia e Japão e celebrada pela cultura liberal ocidental (como John Stuart Mill e Tocqueville) em nome da superior "raça europeia" e saudada como a cruzada pela liberdade: é a submissão das quatro partes do mundo à obra da quinta (LOSURDO, 2004).

Em meio às intensas lutas sociais internas que posteriormente desencadeariam na Revolução Taiping, uma crise social de grande magnitude ocorreu devido à abertura forçada do Império chinês e o livre comércio imposto pelos europeus. A indústria manufatureira chinesa foi substituída pelas máquinas inglesas, o mercado chinês foi tomado por produtos ocidentais baratos e a pobreza completa chegou à grande maioria da população (MARTINS, 2013, apud MARX, 1850). Relevante notar como se deu na prática os eventos de dominação inglesa a partir da tradição de modelo de Estados na Ásia e na Europa. Os Estados europeus tinham como base o Estado soberano (Sistema Internacional), por esse motivo a anarquia e suas muitas guerras interestatais ao longo de milênios. Já a tradição asiática pautava-se no modelo de Civilização Tributária, em que existia uma hierarquia entre os Estados com diferentes graus de soberania e autonomia. O Estado chinês era o centro imperial e recolhia impostos sem precisar fazer uso frequente da guerra. Desse modo, apenas dezesseis navios e quatro mil fuzileiros foram necessários para impedir qualquer tipo de resistência chinesa no que depois viria a ser a Guerra do Ópio (MARTINS, 2013). Sem grandes dificuldades, o Ocidente adentrou em território chinês. Não bastando os eventos aqui descritos, essa guerra foi apenas um dos primeiros passos e uma das primeiras guerras civilizadoras do Ocidente para que os chineses fossem obrigados a aceitar a pilhagem interminável de suas riquezas por parte das potências ocidentais. A cada guerra, tirava-se mais e mais dos chineses. Portanto, a perda da soberania real (visto que formalmente ainda era um Estado independente) foi essencial para devastar a China e modificá-la drasticamente em cem anos.

Outro continente com destaque para o funcionamento do sistema colonial europeu foi a África. O comércio de escravos gerou enormes lucros para os Estados traficantes e para futuros investimentos nas cidades britânicas. "Liverpool", por exemplo, "cresceu à custa do comércio de escravos" (MARX, 1978b, p. 170), segundo O Capital. Da mesma forma, a extração de riqueza com trabalho escravo africano e indígena em território americano possibilitou um desenvolvimento extraordinário na Europa. Do ponto de vista africano,

tratou-se do início do estabelecimento do domínio de estrangeiros em todo o continente até a futura repartição da África entre alguns países europeus para dividir a pilhagem e a opressão sobre os inúmeros povos africanos.

Se à primeira vista a questão colonial (assim como a questão nacional) desloca-se apenas para os países do Terceiro Mundo, ela revela-se possível também na Europa, ainda que em menor número e grau. Aqui, dois casos são relevantes na história e para Marx e Engels. O primeiro é o caso da Polônia, quando em 1848 Marx convoca os poloneses (cristãos católicos) no *Manifesto Comunista* para libertarem-se do Império Russo (cristãos ortodoxos) a partir de uma revolução agrária de libertação nacional derrotada anteriormente em 1846. Já Engels, no prefácio à edição polonesa de 1892 do *Manifesto Comunista*, prega a restauração nacional independente polonesa diante da então alta industrialização e da crescente classe operária na "Polônia russa" [4] (MARX, 2010).

O segundo caso é o da Irlanda e sua luta por independência da Inglaterra. O tratamento dado pelos democráticos ingleses aos irlandeses é semelhante aos casos das colônias ocidentais no resto do mundo. Se na Índia são muitos os relatos de tortura, a poucos quilômetros de Londres, os vizinhos irlandeses são condenados por organizar uma conspiração que levaria seu país a exercer sua plena soberania. Um subdiretor do *The Irish People*, Mulcahy, foi condenado por tomar parte na conspiração feniana[5]. Mulcahy "tinha uma argola de ferro à volta do pescoço [...] e foi amarrado a uma carroça carregada de pedras" (MARX, 1978b, p. 111). Mesmo destino teve o proprietário, O'Donovan Rossa, quando esteve trinta e cinco dias fechado numa masmorra acorrentado atrás das costas (Ibidem). Os casos são inúmeros, e a ação da liberal Inglaterra fez com que mais de vinte trabalhadores fenianos fossem mortos ou enlouquecessem.

Na Irlanda, a luta econômica se dava pela propriedade da terra mantida pelo exército inglês, e essa luta não se tratava "apenas de uma questão econômica, mas ao mesmo tempo de uma questão *nacional*" (MARX, 1978b, p. 202, grifo do autor), na medida em que os proprietários, os reais opressores, vêm de fora do país – da Inglaterra. A tendência de luta agrária de camponeses e pequenos proprietários católicos contra as posses da terra irlandesa

[4] A emancipação polonesa analisada pela dupla de revolucionários alemães assumirá um caráter oposto e reacionário nas últimas décadas do século XX.

[5] Os fenianos eram membros de uma organização revolucionária irlandesa com objetivos de libertar a Irlanda do domínio inglês e formar uma República independente.

pelos ingleses era apenas local e limitada politicamente. Junto a essa, estava a insatisfação por parte da oposição nacional liberal da burguesia urbana crescente, limitada em número (MARX, 1978b). Pautando-se na luta pela terra dos setores camponeses populares, com os pequenos proprietários católicos e o baixo clero católico, a luta pela soberania política nacional reuniu amplas bases sociais para a luta por emancipação. Portanto, "a emancipação nacional da Irlanda não [era] uma questão de justiça abstrata ou de sentimentos humanitaristas, mas a *primeira condição para a sua própria emancipação social*" (MARX, 1978b, p. 210, grifo do autor). Um propulsor dessa revolução nacional contra os opressores estrangeiros foi a religião. O nacionalismo recebeu um impulso religioso emancipador pela diferença religiosa dos irlandeses (católicos) e dos ingleses (protestantes) e serviu como canal transmissor do acirramento das contradições materiais existentes.

Quanto às relações materiais existentes ali, ao mesmo tempo em que corresponde como característica universal válida para as quatro partes exploradas do mundo, Friederich Engels escreve a Marx dizendo que

> a Irlanda pode ser considerada a primeira colônia inglesa e aquela que, pela sua proximidade, ainda é governada exatamente à velha maneira, podendo desde logo notar-se aqui que *a chamada liberdade dos cidadãos ingleses se baseia na opressão das colônias* (MARX, 1978b, p. 187-188, grifo nosso).

A parte destacada serve como premissa básica da questão colonial (e nacional), revelando o contraste existente entre diferentes tipos de povos – os explorados e os exploradores – e suas implicações na realidade.

1.2 Marx e a teoria geral do conflito social

Como analisado anteriormente, Marx deu grande destaque para a luta de classes a nível internacional, ou seja, a luta entre povos opressores e povos oprimidos. A atenção e o interesse das questões dos povos de todo mundo são parte de grande importância na obra do filósofo alemão. Porém, muitas das vezes, ao falar da teoria de Marx de forma vulgar, é dito que a luta de classe ocorre exclusivamente entre a classe burguesa e a classe operária. Mas então por que as lutas de classes se resumiriam aos desenvolvimentos internos das classes sociais nos países colonialistas e imperialistas e suas contradições, quando, na prática, é o próprio Marx quem destaca inúmeras vezes a privação de soberania e seus desdobramentos em países como China, Índia, Pérsia, Argélia, Haiti, Irlanda, Polônia, além de outros povos oprimidos? Marx denuncia que povos inteiros nas quatro das cinco partes do mundo são

privados política, nacional, social e economicamente em benefício de um punhado de países. Essa tese binarista não teria razão alguma, dentro dos textos de análises internacionais ou tampouco teoricamente dentro das bases metodológicas do materialismo histórico.

Vejamos. “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX, 2010, p. 40). Assim anuncia Marx no Manifesto Comunista. Porém, qual o significado desse famoso enunciado? Como podemos ver, ele está no plural e não no singular. Portanto, como afirma Domenico Losurdo, a luta entre proletariado e burguesia é apenas *uma* das lutas de classes. Os conflitos fundamentais na história universal não têm exclusividade na sociedade burguesa industrial e podem assumir variadas formas ao longo do tempo (LOSURDO, 2015a). É assim que em muitos casos a questão nacional assume o papel fundamental da luta de classes, antes mesmo da questão social, ainda que haja relação direta entre as mesmas. Essa luta de classes entre dois tipos opostos de países se insere numa totalidade de lutas de classes, no plural. Losurdo recorda que Marx faz um alerta, lembrando que quem não consegue entender como um país enriquece à custa de outros não conseguirá entender como dentro de um mesmo país uma classe enriquece à custa de outra (Ibidem).

Podemos explicar a ampliação das lutas de classes também a partir da divisão do trabalho. No âmbito das lutas de classes, a divisão do trabalho não se passa apenas dentro de uma mesma nação, mas é no mercado mundial onde ocorre a expansão da divisão do trabalho a nível internacional. A grande parte dos povos de todo o mundo não apenas tem suas riquezas roubadas e sua independência real privada, mas é sujeitada a produzir do modo mais barato possível o que os países centrais impõem e de acordo com o interesse desses invasores, assim como a forma de trabalho é conveniente aos mesmos países, seja pela escravidão antiga ou pela moderna, pelos salários a níveis de fome e, portanto, de morte.

Para completar, a terceira luta de classes existente é a que afeta pelo menos metade da população mundial: a luta das mulheres contra a opressão exercida pelo homem entre as quatro paredes e na sociedade. Quem escreve essa análise é Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, assim como ao longo da obra de Marx (*Manifesto* e *A ideologia alemã*, por exemplo) temos variadas referências quanto à escravidão no lar imposta pelo homem à mulher e aos filhos (Ibidem).

Outros relatos sobre a condição da mulher também devem ser destacados como o de Françoss-Marie-Charles Fourier, Marie Jean Antoine Condorcet, Olympia de Gouges na

Declaração dos direitos da mulher e da cidadã e até mesmo na tradição liberal há o reconhecimento da "tirania doméstica" sancionada por lei com John Stuart Mill. Porém, apesar da denúncia, a relação da condição da mulher com as outras formas de opressão dentro de uma totalidade não chega a ser investigado. Quem antecipa Marx e Engels e faz a investigação das relações de opressão é Mary Wollstonecraft, ao relacionar a situação dos operários e das mulheres e suas condições de vida na ordem social existente. Já o desenvolvimento mais amplo das relações de opressão entre a dominação da mulher e as demais opressões é feita justamente por Engels, quando esse aponta que a primeira opressão de classe se dá justamente com a opressão do sexo feminino pelo masculino (Ibidem). Novamente a explicação de opressão e exploração de classe deve passar pela divisão social do trabalho, em que historicamente à mulher é imposto o árduo trabalho do lar do cuidado dos filhos ou trabalhos em piores condições e salários ainda mais baixos.

Agora podemos entender o porquê do plural na categoria *lutas de classes* e o seu significado. Ele "não quer denotar a repetição do idêntico, o contínuo recorrer à mesma forma da mesma luta de classes; não, o plural remete à multiplicidade das configurações que a luta de classes pode assumir" (Ibidem, p. 29). A articulação das múltiplas configurações possíveis das lutas de classes nos permite resolver a equação, de acordo com a particularidade de cada situação e de cada lugar, qual é a luta de classes determinante para a resolução das outras lutas de classes e demais lutas políticas. O resultado sairá da complexa compreensão da análise da "dialética da interação de todos os aspectos da vida social, sem colocar no mesmo plano todos os aspectos, mas procurando sempre as determinações em última instância e as modalidades da sua expressão real" (AMIN, 1981, p. 34). Então a luta de classes determinante será aquela em que as contradições da mesma determinam o andamento e a possibilidade de avanço das demais contradições sociais e do desenvolvimento histórico universal: é a chamada contradição fundamental. Essa proporciona, através de rupturas e revoluções, um salto qualitativo na luta política e um avanço quantitativo às demais contradições, possibilitando no futuro um possível salto qualitativo para as últimas. Assim sendo, o salto qualitativo é "a revolução [...] a verdadeira força motriz da história" (MARX, 2001, p. 36).

Nesse quadro, saberemos qual luta de classes será determinante para o desenvolvimento histórico e político, ou seja, qual é a real força motriz da história entre as lutas de classes, partindo do princípio de que

> Em geral, o sistema capitalista se apresenta como um conjunto de relações mais ou menos servis impostas por um povo sobre o outro no âmbito internacional, por uma classe sobre outra no âmbito de um país singular e pelo homem sobre a mulher no âmbito de uma mesma classe (LOSURDO, 2015a, p. 30).

Se um principio básico de análise é que devemos passar pela articulação das lutas de classe entre si, suas contradições e determinações, há também que se analisar as lutas de classes ampliadas a partir das disputas internas nas classes exploradoras. No processo histórico, as lutas dentro da classe exploradora também representam a manifestação das lutas de classes. A burguesia, para fazer a sua revolução, foi obrigada a arrancar à força o poder político, econômico e social do Antigo Regime. Na classe burguesa, internamente encontravam-se frações de classe e alas políticas que lutavam para direcionar os rumos da revolução e da nova ordem social a ser construída. Além do mais, a existência da nova classe proletária e dos jacobinos abalava o regime político e os direcionamentos que esse tomaria (Ibidem). Nos períodos de crise, as disputas internas podem abalar até mesmo a existência da ordem social dominante, como foi o caso da Primeira Guerra, em que a disputa bélica por domínio mundial das burguesias nacionais dos países imperialistas e colonialistas resultou no acúmulo de contradições internas e externas e na Revolução Bolchevique, ou quando da Segunda Guerra, cujo desenvolvimento histórico resultou em uma série de revoluções nacionais antiimperialistas e independências no Terceiro Mundo. Portanto, as frações das classes exploradoras e opressoras e suas disputas representam igualmente a manifestação das lutas de classes.

Ainda no contexto das lutas de classes, temos os acúmulos de vitórias das classes exploradas que representam avanços no âmbito das lutas de classes e são estimuladas pelas luas de classes. A partir da luta política, os explorados e oprimidos de todo o mundo e até mesmo do centro imperialista, hegemonizados pela tradição socialista, conquistaram liberdades, direitos sociais e civis, emancipações parciais (como o fim da escravidão e servidão, luta por salários iguais ainda em andamento entre homens e mulheres) e reconhecimentos de humanidade exclusivos à burguesia dos países imperialistas e teorizado pela tradição liberal. Essas conquistas não representam emancipações totais, mas parciais; ainda assim significam grandes avanços para a grande maioria da população mundial. E é no século XX que a conquista de diretos, liberdades e de reconhecimento estará diretamente ligada à questão nacional e à luta de classes a nível internacional.

O feito realizado por Marx e Engels representa, pois, a ambição de analisar o processo histórico em sua totalidade ao descobrirem as leis do desenvolvimento histórico. Essas leis passam necessariamente pelas lutas de classes de uma forma ou de outra, e que, por sua vez, representam uma *teoria geral do conflito social* (Ibidem). Embora não tenha sido apresentada nesses termos, os filósofos e revolucionários alemães desenvolveram ao longo de suas vidas e obra "um tratado *Sobre o conflito social e político*, que, elevando-se a um nível mais alto de generalização e abstração, a partir da divisão do trabalho em classes antagônicas e da luta de classes, lê em chave unitária as diversas formas do conflito social" (ibidem, p. 67) com objetivos de transformar o mundo.

É aqui que o limitado binarismo metodológico de oposição de classe somente entre burguesia e proletariado em escala planetária e de apenas uma grande contradição social exclui da *análise concreta da situação concreta* a maior fatia das populações e territórios do mundo. O binarismo de uma única grande contradição social faz parte de alguns equívocos de Marx e de Engels mais tarde superados pelos dois militantes (Ibidem), porém carregada embaixo do braço por alguns de seus seguidores com pretensões de levar cada palavra de seus textos ao pé da letra. Então os seguidores de textos desassociam a obra da história, a teoria da prática. Dessa forma, excluem a próxima categoria a passar diretamente pela questão nacional e pelas lutas de classes: o imperialismo.

1.3 Lenin e a era imperialista da História

Quando da passagem das últimas décadas do século XIX para o século XX, surge uma etapa do desenvolvimento capitalista já identificada em seus embriões por Marx e Engels e analisada em sua fase madura por Lenin. Trata-se do *imperialismo, a fase superior do capitalismo*. As ideias iniciais tanto do imperialismo como do capital financeiro já eram obras de J.A. Hobson e Rudolf Hilferding, respectivamente. O que Lenin desenvolveu particularmente em sua grande obra foi uma teoria em mais elevado grau de sofisticação e análise, assim como Marx havia feito em relação a outros conceitos já existentes. Segundo Lenin, a "transformação da concorrência em monopólio é um dos fenômenos mais importantes – senão o mais importante – da economia do capitalismo" (LENIN, 1982, p. 17-18) da passagem de uma fase para a outra, a fase imperialista. Criou-se a possibilidade de gerar lucros espetaculares com as forças produtivas superiores de algumas poucas empresas de alguns poucos países que dominam setores inteiros da economia mundial. A concentração da produção seria, então, uma lei geral do desenvolvimento do capitalismo após a era em que

reinava a livre concorrência. Resumidamente, ao auge da livre concorrência (1860-1880) seguiram-se a formação dos cartéis (1873), seus desenvolvimentos para o controle do mercado em poucas mãos e o surgimento do imperialismo (1900-1903) (Ibidem). Importante notar que, na esteira dos novíssimos processos de produção, organização e técnica do trabalho fordista e toyotista, as poucas grandes empresas monopolistas têm mais um salto à frente das demais empresas pequenas, médias e até mesmo relativamente grandes.

Juntando-se à monopolização das grandes indústria e setores inteiros da produção capitalista, os bancos passaram da etapa de importantíssimos intermediários da classe capitalista para, a partir de grandiosos lucros, tornarem-se setor fundamental do sistema capitalista. Os bancos atuam ativamente no desenvolvimento geral da indústria. E os banqueiros deixaram de exercer o papel de meros intermediários para se tornarem o monopólio de alguns bancos da quase totalidade do capital-dinheiro dos capitalistas de todos os tamanhos, da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias primas da maior parte dos países do mundo. A passagem de uma etapa do que representava os bancos para a outra – a etapa monopolista – é um processo essencial para a transformação do capitalismo em imperialismo capitalista. Nesta etapa, da mesma forma que na indústria, os bancos menores são esmagados por todo o setor financeiro concentrado em poucas mãos e os monopólios bancários têm capacidade de subordinar a si as operações industriais e comerciais (Ibidem).

A fusão dessas duas monopolizações, as indústrias monopolizadas e os bancos monopolizados na fase imperialista do capitalismo é o que Lenin chama de capital financeiro. O controle de todo o sistema capitalista mundial fica nas mãos de uma oligarquia financeira. Portanto,

> o capital financeiro, concentrado em algumas mãos e exercendo um monopólio de fato, obtém da constituição de firmas, das emissões de títulos, dos empréstimos ao Estado, etc., enormes lucros, cada vez maiores, consolidando o domínio das oligarquias financeiras e onerando toda a sociedade com um tributo em beneficio dos monopolistas (Ibidem, p. 52).

Como já foi exposto, nessa etapa ocorre a supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas de capital. E o seu significado real é a hegemonia de quem vive de rendimentos e da oligarquia financeira, além de "uma situação privilegiada de *um pequeno número de Estados financeiramente 'poderosos' em relação a todos os outros*" (Ibidem, p.

58, grifo nosso). O destaque dado aqui reflete a nova etapa de subordinação e subjugação que a grande parte dos povos do mundo se encontrava e se encontra sob a fase superior do capitalismo de livre concorrência, o imperialismo. Ademais, já aparece com maior aproximação a questão nacional na etapa dos grandes monopólios e como ela opõe os poucos países que controlam o sistema imperialista e os muitos que por ele são controlados.

Na era do capitalismo de livre concorrência, as grandes potências exportavam mercadorias; já na sua fase superior, imperialista, as exportações são de capital. Esse enorme excedente de capital acumulado por décadas em um sistema inevitavelmente de extrema desigualdade serve como base para a exportação de capitais para países subdesenvolvidos e colônias; e é nesses países em que os lucros dos capitalistas podem crescer ainda mais, a partir dos baixos preços de terra, dos baixos salários, podendo produzir assim mercadorias por um baixo preço para o mercado capitalista. As mercadorias não são mais produzidas no centro para serem vendidas na periferia, mas o centro produz as próprias mercadorias – normalmente de baixo nível tecnológico – na periferia com lucros ainda maiores. As ações danosas dos bancos tornam-se ainda mais destruidoras, submetendo países inteiros a seguir o protocolo de endividamento. Em resumo, "os países exportadores de capitais partilharam (no sentido figurado da palavra) o mundo entre si. Mas o capital financeiro conduziu também à partilha direta do globo" (Ibidem, p. 65) e as disputas por territórios econômicos coloniais ou semicoloniais entre grupos capitalistas e nações imperialistas podem levar a uma reconfiguração da partilha do mundo por vários meios.

No período imperialista do capitalismo, "a opressão nacional e a tendência para as anexações, isto é, para a violação da independência nacional [...] é particularmente agravada" (Ibidem, p. 120). É nesse período histórico em que a contradição política da questão nacional não apenas torna-se ainda mais aguda, como a luta de classes a nível internacional terá como resultado grandes movimentos por libertação nacional em todos os continentes e representará uma desestabilização para o imperialismo. As desestabilizações passam necessariamente por duros golpes ao sistema e, portanto, reformas pontuais não são capazes de ameaçá-lo, na medida em que não chegam perto das bases econômicas e políticas de sustentação do imperialismo. Elas podem atenuar em alguns sentidos, mas não romper as correntes da dependência dos Estados do Terceiro Mundo.

A partir do breve detalhamento da última fase do capitalismo, a questão a ser respondida é como se deu a transformação das lutas de classes, em especial a questão nacional e a luta de classes a nível internacional.

1.4 A questão nacional

Na fase imperialista da história, os operários são chamados por Lenin em *Que fazer?* a adquirirem a consciência de classe e a participarem ativamente da luta revolucionária a partir da compreensão da *totalidade* social e *todo* seu aspecto (LOSURDO, 2015a). Lenin já estava atento sobre o que o reducionismo da luta de classes em um binarismo limitado implicava. Por um lado poderia ser a ilusão pelo baixo nível de entendimento da realidade, mas por outro poderia ser o "socialismo imperial" promovido pelas burguesias imperialistas. Esse curioso tipo de "socialismo" partia do saque das riquezas do Terceiro Mundo e assim era possível dar o nível mínimo de vida aos operários das metrópoles. Mais tarde a defesa desse modelo foi uma das plataformas para fazer do proletariado europeu bucha de canhão na defesa das burguesias nacionais em disputa por territórios. Portanto, a compreensão da totalidade possibilitaria a emancipação de todas as classes oprimidas, passando necessariamente pela questão nacional e os povos oprimidos. De um modo geral e em comparação com a II Internacional, a política do Partido Bolchevique passa justamente pela ampliação das lutas de classes e o combate a todo tipo de opressão. Stalin reforça essa ideia quando diz que "os trabalhadores lutam e lutarão contra a política de opressão das nações em todas as suas formas, desde as mais sutis até as mais grosseiras" (STALIN, In: PINSKY, 1980, p. 145). A questão nacional, ao se transformar em uma questão a nível internacional, "converteu-se no problema mundial de libertação do jugo do imperialismo os povos oprimidos dos países dependentes e das colônias" (STALIN, 1924).

Antes tratada de forma reformista, sem luta efetiva contra o imperialismo, a questão nacional passa a ter caráter revolucionário, em que as revoluções proletárias no centro e na periferia passam necessariamente pela questão nacional, ou seja, pela libertação dos povos oprimidos do jugo imperialista (Ibidem). A respeito desse problema, é interessante o caso de uma importante figura comunista do século XX. Foi justamente a questão nacional, a busca pela libertação das colônias que levou Ho Chi Minh a se interessar pelos escritos de Lenin e pelo socialismo (CHI MINH, 1960). Décadas depois, ele próprio seria líder de uma grande revolução anticolonial e cujos desenvolvimentos levariam a revolução a ter caráter socialista. As etapas da revolução vietnamita até a consolidação do regime de tipo socialista se deram

através de guerras de libertação contra os invasores imperialistas e colonialistas (Japão, França e Estados Unidos) e mostram que Ho Chi Minh compreendeu a teoria leninista, na medida em que para Lenin (segundo Trostsky), a guerra de emancipação nacional, diferentemente de uma guerra de opressão imperialista, representa apenas outra forma de revolução nacional e tem conteúdo indispensável para a luta da classe operária de todo o mundo (TROTSKY, In: PINSKY, 1980). A guerra de libertação nacional como um meio de impedir o invasor estrangeiro de saquear o país trata-se de uma atitude de patriotismo em defesa da soberania nacional, unindo assim o verdadeiro espírito dos povos oprimidos e dos comunistas desses povos: nacionalismo e internacionalismo. A emancipação dos trabalhadores do Terceiro Mundo passa necessariamente pela emancipação nacional e "nas guerras de libertação nacional, o patriotismo é a aplicação do internacionalismo" (TSÉ-TUNG, In: PINSKY, 1980, p. 212). As lutas de classes assumem a forma principal de luta nacional por um período, em que a questão *nacional* precede a questão *social*.

Fundamentalmente, a questão nacional coloca como antagonistas os países oprimidos e os países opressores na era imperialista da história; e a libertação nacional representa o modo de romper com os laços da dependência.

Ligado à questão nacional e inserido nos mesmo debates, está o direito de autodeterminação dos povos, entendido como o direito de uma nação escolher por si os destinos que seguirá, sem intromissões de outrem pela força ou outros meios. Ou, nas palavras de Lenin, "por autodeterminação das nações se entende sua separação, como estado, das outras coletividades nacionais estranhas, entende-se a formação de estados nacionais independentes" (LENIN, In: PINSKY, 1980, p. 152). Foi Lenin quem rompeu com o direito de autodeterminação dos povos como um problema exclusivamente jurídico, para ser um problema de igualdade real entre as nações, de independência real (STALIN, 1924).

A partir do problema, surge um dilema: toda autodeterminação age no mesmo sentido quanto à contradição política fundamental e, então, deve ser apoiada? A autodeterminação dos povos não deve representar um universalismo abstrato descolado do real. Ela pauta-se nos desenvolvimentos gerais nas lutas de classes. O seu caráter pode ter sentido oposto ao que deveria ser:

> são inúmeros os movimentos separatistas instrumentalmente promovidos ou apoiados pelas grandes potências que, de outra forma, são protagonistas de uma opressão nacional em escala ampla. Pode até acontecer que o reconhecimento da

> autodeterminação de um povo fortaleça o inimigo principal do movimento de libertação dos povos oprimidos como um todo (LOSURDO, 2015a, p. 143).

Há casos em que o particular pode estar em contradição com a totalidade do movimento histórico. A luta pela libertação nacional se dá na medida em que se confirma como uma derrota para o imperialismo, não como um fortalecimento do mesmo. Então a autodeterminação deve refletir os anseios de uma nação determinada em contraposição aos interesses do imperialismo.

É nesse sentido de busca por seguir os próprios caminhos sem imposições estrangeiras que no século XX povos de todas as partes do mundo buscarão romper com o sistema imperialista em seus territórios nacionais.

2 A QUESTÃO NACIONAL NA HISTÓRIA

Antes de passarmos para o desenvolvimento político e histórico em que a questão nacional teve papel destacado, é necessário entender de um modo geral contra que tipo de regime político e econômico os povos oprimidos lutaram e quais seriam os motivos para que lutassem para a sua destruição. Também é importante compreender os motivos pelos quais as nações rebeladas são autoritárias, sempre de acordo com os países imperialistas.

2.1 Democracia *versus* autoritarismo – um falso dilema

Pelo que consta os ideais liberais (ou neoliberais), o modelo de governo, no centro e na periferia do mundo, deve ser o da democracia. É Friederich von Hayek quem nos indica que há um conflito que domina a história da Europa moderna e contemporânea, em que a democracia liberal é ameaçada pela democracia "social" ou "totalitária". A época de ouro do modelo de democracia liberal começou a ser colocado em suspeita quando das lutas populares ainda no século XIX (LOSURDO, 2015b). Contudo, é possível questionar do que se trata a democracia liberal. A terra das liberdades democráticas se opõe aos lugares onde reinam o "totalitarismo" e o "autoritarismo? Se sim, então as classes oprimidas no centro do mundo, assim como o conjunto dos povos oprimidos na periferia do mundo, deveriam seguir os caminhos já trilhados pelos campeões da democracia. Não haveria espaço para erros, pois a democracia liberal é o reino da liberdade.

Mas então por que os povos oprimidos em todos os cantos do mundo se levantaram e se levantam contra a democracia? Ou contra o que exatamente os povos oprimidos pelo imperialismo e pelo colonialismo lutam? Se a oposição democracia *versus* autoritarismo está correta, então o modelo político que se opõe à democracia é necessariamente autoritário, assim como os seus sanguinários líderes. O que ocorre é que a oposição está equivocada. Trata-se de uma falsa oposição feita pela ideologia imperialista. O seu real significado segundo os interesses das classes exploradoras poderia ser colocado da seguinte forma: democracia dos (e para os) senhores *versus* autoritarismo dos oprimidos. É parte indissociável da tradição liberal necessariamente separar as "raças inferiores" e a "raça dos senhores". Aos senhores (burgueses dos países imperialistas) é dada a liberdade e a igualdade entre iguais, um modelo de democracia representativa com participação restrita, exclusivo e de exclusão, em que seus interesses econômicos, políticos e sociais não podem ser ameaçados. A servidão e a submissão completas são impostas aos trabalhadores da sua própria democracia e aos povos

do Terceiro Mundo. Aos “povos de cor” o que resta é a colonização, a escravidão e por vezes o genocídio, aos trabalhadores do centro é a segregação e a exclusão, assim como para os discriminados por sua cor, renda, ou sexo (LOSURDO, 2013; 2015b). A ameaça à democracia liberal está, portanto, nas classes populares, quando elas ousam enfrentar seus reais significados.

Agora, do que se trata a democracia segundo a própria tradição liberal? Quais são seus aspectos gerais? Na democracia liberal, como já falado, a liberdade tem validade apenas para os senhores. O tratamento dado à grande parte da população é dos mais cruéis. Uma ilustre figura da tradição liberal, ao viajar a América, não deixa de notar o sofrimento dos peles-vermelhas e dos negros nas mãos dos carrascos brancos. Os nativos correm o risco de ter a sua existência eliminada; os negros são submetidos à escravidão inflexível no sul, e no norte impera o preconceito racial, em que os negros são privados dos direitos civis e políticos. Porém, para Tocqueville, é justamente nos Estados Unidos em que a democracia vigora de modo magnífico. Não importa a sorte dos excluídos, mas apenas a liberdade e a condição dos senhores (LOSURDO, 2006). Antes dele, é Locke, um clássico liberal, quem defende a sorte dos escravos sob o domínio absoluto do senhor pela lei da natureza (LOSURDO, 2015b). John Locke, ao ser favorável à instituição da escravidão, tinha seus próprios interesses em jogo, visto que era acionista da Royal African Company, e ganhava algum dinheiro com a escravidão. Em outra inquestionável grande figura liberal, John Stuart Mill, a liberdade só é válida para seres humanos na plenitudade de suas faculdades, o que não é o caso da “raça” inferior e “menor” (LOSURDO, 2006). Então, não há motivos para incluir a grande parte da população no sistema democrático liberal, na medida em que categorias como nação, sociedade e indivíduo são exclusivas aos proprietários. Locke, Stuart Mill, Burke, Constant, Hayek e o conjunto da tradição liberal têm em comum o não reconhecimento sequer da dignidade humana de trabalhadores e escravos (Ibidem).

Democracia liberal é, portanto, uma forma de governo divina, incontestável, determinada principalmente pelos povos eleitos por Deus, as burguesias imperialistas e colonialistas. Trata-se de um universalismo abstrato sem quaisquer explicações dos motivos de sua aplicação, cujas intenções passam por esconder o seu real conteúdo, qual seja, a pilhagem da grande parte dos países do mundo por uma pequeníssima companhia de países imperialistas. A democracia como um fim em si, um fim a ser alcançado ou o último grau de desenvolvimento político possível (principalmente nos países do Terceiro Mundo) estabelece-

se como um contratualismo “assinado” entre as partes integrantes do contrato. E como um contrato, não pode ser quebrado a não ser que ambas as partes entrem em acordo para tal. Porém, não é de interesse das massas populares do Terceiro Mundo um sistema de extrema exploração e opressão. O contrato nada mais é do que os interesses das burguesias imperialistas para que seus interesses políticos, econômicos e sociais prevaleçam, independente dos interesses das massas populares. O contrato, então, não tem validade.

Portanto, se a democracia liberal de fato não representa elevar o nível de felicidade geral (segundo a fórmula liberal), na medida em que ela não prevê o bem-estar universal, mas a liberdade e a riqueza das classes exploradoras, a *riqueza das nações* exploradoras através da miséria da maioria dos outros povos, não há dúvidas de que a oposição *democracia x autoritarismo*, com o lado *democracia* representando o modelo a ser seguido, não corresponde com a dualidade em disputa. A falsa oposição de formas de modelos políticos não se trata de um processo histórico e político linear, em que a democracia é o último estágio de regime político após séculos de barbarismo dos povos oprimidos. A visão em que o foco principal é a forma de governo e não as contradições políticas fundamentais levará ao encobrimento das lutas sociais. A oposição *democracia x autoritarismo* projetada principalmente no Terceiro Mundo impossibilitará entender que “o movimento nacional dos países oprimidos não deve ser considerado do ponto de vista da democracia formal, mas do ponto de vista dos resultados concretos no balanço geral da luta contra o imperialismo” (STALIN, 1924). Isso não quer dizer que as liberdades formais devem ser desconsideradas, pelo contrário. O próprio desenvolvimento das lutas de classes e seus resultados parciais provam a importância das liberdades e dos direitos formais – por mais que parte da esquerda desconsidere sua importância, ao colocar a formalidade como sem importância. O pensamento dessa esquerda resultará em uma equivocada dualidade de *revolução ou nada*, em que apenas os avanços qualitativos importam, e os avanços quantitativos são desconsiderados. Enquanto que na realidade as conquistas parciais são essenciais para o avanço na luta política e uma futura ruptura. Desde Marx até o tempo presente, foi a crítica à democracia no centro e na periferia que possibilitou mudanças no sistema democrático a partir de baixo. Foi a tradição socialista e popular, ao revelar o real caráter do modelo democrático liberal, quem sempre teve o papel de mudar o caráter do “contrato” desfavorável e unilateral e ampliar os direitos e as liberdades de amplos setores populares, e não o Ocidente liberal, autointitulado o campeão da liberdade.

Contudo, não se pode perder de vista os grandes conflitos sociais fundamentais. Através deles que se torna possível entender que a democracia dentro dos países imperialistas e sua exportação para os países oprimidos nada mais é do que a imposição de quem controla o sistema político e econômico. Ao perseguir os passos da democracia liberal torna-se inviável a superação de uma série de opressões e explorações sociais. É o liberal Adam Smith quem reconhece a maior possibilidade de abolição da escravidão sob um "governo despótico" que sob um "governo liberal", no sentido de que as leis são feitas pelos senhores dos escravos, que jamais deixariam passar uma medida prejudicial a eles (LOSURDO, 2015b). Ou seja, é o "autoritarismo" quem possibilita as mudanças no contrato e principalmente o rompimento do mesmo.

Mas, segundo os realizadores do contrato, cuja realização não se dá entre as duas partes, mas imposto unilateralmente, ele não poderia ser rompido pelos explorados, pois assim a nação oprimida estaria violando qualquer tratado inquestionável, ou (uma justificativa muito comum da máquina de propaganda imperialista para invasões ou embargos) estaria rompendo com os direitos humanos. Curiosamente, a acusação vem sempre dos países imperialistas, que nada mais são do que a maior máquina de guerra e aniquilação dos povos oprimidos. O atualíssimo método imperialista de acusar os que ousam não cumprir a imposição de servidão nacional para fins "democráticos" tem raízes históricas muito profundas:

> Logo que a Companhia lança o seu olhar guloso sobre qualquer dos domínios independentes, ou sobre qualquer região cujos recursos políticos e comerciais ou cujo ouro e jóias são valiosos, a vítima é acusada de ter violado este ou aquele ideal de convenção atual, transgredido uma promessa imaginária ou restrição, cometido qualquer ultraje nebuloso e, então, é declarada a guerra, e a eternidade do mal, a força perene da fábula do lobo e do cordeiro, volta a ser encarnada na histórica nacional (MARX, 1978a, p. 105).

Marx, ao escrever sobre o Império Britânico, revela a fórmula universal de acusação dos países colonialistas e imperialistas para os que ousam não entregar suas riquezas e desde então alertava que "a hipocrisia profunda e o barbarismo inerente à civilização burguesa estendem-se sem disfarces diante dos nossos olhos, passando da sua terra natal, onde assume formas respeitáveis, para as colônias, onde se apresenta sem disfarces" (Ibidem, p. 103). Nas colônias ou nos países periféricos formalmente independentes, seja sob "democracias" ou sob ditaduras abertas, o essencial para os Estados imperialistas é a necessidade que o modelo

econômico capitalista na era imperialista impõe: o saque interminável de riquezas com a maior exploração possível. E ainda assim, o Terceiro Mundo deveria seguir o modelo de democracia desses poucos países.

Se a democracia, portanto, não representa o modelo a ser seguido para o conjunto dos países oprimidos, podemos passar ao "autoritarismo". Autoritários são, segundo a propaganda e a ideologia imperialista, aqueles países que não cumprem com as regras do sistema internacional capitalista. Esses países, de um modo geral, são representados como a barbárie e o atraso civilizacional em contraposição com a modernidade liberal e a plena civilização. Logicamente, os bárbaros são aqueles povos do Terceiro Mundo que precisam da tutela das burguesias imperialistas em suas capacidades facultativas elevadas ao último grau. Quando esses povos rebelam-se, logo são dados como autoritários e os países imperialistas são os primeiros a posicionarem-se a favor de tal ou qual liberdade rompidas pelo autoritarismo, tentando afastar do debate a contradição fundamental, qual seja, a liberdade nacional frente à pressão imperialista, a principal liberdade para os povos do Terceiro Mundo.

De um modo geral, os países autoritários são aqueles que não se submetem ao imperialismo e não seguem a democracia imposta pelo mesmo. Como os países imperialistas são democráticos, ainda são dadas opções para aqueles cuja soberania é exercida de fato: voltar à democracia, ao rendimento e à submissão completa ou aguentar os embargos econômicos que matam de fome a sua população. Nesse sentido, mais facilmente entende-se a reação popular quando da tentativa de libertação nacional. Após décadas, às vezes séculos, de opressão, exploração e humilhação, a reação popular espontânea pode ficar incontrolável. Ao falar da reação dos indianos diante da agressão inglesa, Marx levanta o debate de que

> um povo dominado não terá justificação para tentar expulsar os conquistadores estrangeiros que tanto abusaram de seus súditos [...] e será de se espantar que os hindus insurretos possam ser culpados, na fúria da revolta e conflito, dos crimes e das crueldades que lhes atribuem? (Ibidem, p. 205).

E mais: a reação de violência popular contra o antigo opressor chega aos pés das barbáries imperialistas?

Nesse processo de ruptura da "democracia" para o "autoritarismo", o país que se levanta contra o conquistador estrangeiro ainda deve enfrentar uma longa luta para a construção de um país política e economicamente independente, uma vez que

> o capital financeiro é um fator [...] tão poderoso, tão decisivo, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina efetivamente, até mesmo Estados que gozam de uma completa independência política (LENIN, 1982, p. 81).

Em suma, ainda que as conquistas democráticas e populares tenham enorme valor, não sendo reduzidas a formalidades sem importância, o fundamental para os países do Terceiro Mundo é sua luta por independência política e econômica contra o sistema de pilhagem imperialista, se esses países podem decidir efetivamente os rumos que tomarão com base em suas massas, se as chantagens externas fazem efeito ou não. Portanto, no debate entre modelos políticos possíveis dos países oprimidos, o fundamental extrapola o próprio debate ao se direcionar para a contradição fundamental, a questão nacional.

2.2 A Revolução de Outubro e a ruptura na história

A Revolução de Outubro representa um marco na história contemporânea por ser a primeira revolução socialista a ter o poder consolidado e por ter transformado radicalmente uma formação social em poucas décadas. A sua origem tem raízes em contradições internas e externas. A Rússia representava uma potência imperialista de segundo plano, com graus de desenvolvimento social, econômico e político distintos. Ao mesmo tempo em que tinha uma moderna indústria capitalista em alguns setores, convivia com amplos setores atrasados. As contradições internas passam pela desestabilização do Império Czarista e sua tentativa de se manter no poder com três revoluções em alguns anos (1905, Fevereiro e Outubro de 1917) em meio ao crescente descontentamento popular. No âmbito externo, as contradições acumularam-se pela guerra imperialista e o acirramento e competição por mercados e colônias dos países representantes do imperialismo.

Mais do que buscar explicações históricas para o desenvolvimento geral da revolução, cabe aqui abordar como a Revolução Russa representou uma grande virada não apenas para o socialismo, mas também para a questão nacional. Em meio aos acontecimentos da Primeira Guerra, Lenin convocou os povos do Império a transformar a guerra imperialista em revolução social e conquistar o poder. Lenin já havia entendido que o conflito dentro das classes exploradoras na era do imperialismo poderia ser aproveitado para a tomada do poder e a instauração de um regime socialista. Aliás, a disputa interna das classes exploradoras abre caminho para a questão nacional da mesma forma. Se ao chegar ao poder os bolcheviques iniciaram uma grande transformação social, política, econômica e histórica para o seu tempo,

a criação da União Soviética tem significado de longa duração que vai muito além dos eventos de outubro de 1917. Como ainda veremos, é a partir da Revolução de Outubro que se abre o caminho para a realização da questão nacional na história, além de ser a partir da mesma que se inicia a longa transição do capitalismo para o socialismo. A relação das duas questões citadas (questão nacional e socialismo) não se dá por coincidência, pois é a partir das contradições do capitalismo na era imperialista que a radicalização das manifestações por emancipação nacional se dá por negar as relações de exploração e opressão nacional e lutar pela construção de novas relações de liberdade. A libertação nacional dos povos oprimidos no século XX passa necessariamente por uma formação social de novo tipo (seja a partir do passado, com a URSS abrindo uma nova etapa histórica; seja a partir da própria libertação nacional em particular), em que as relações capitalistas não se sustentam mais. As antigas relações não são mais possíveis, enquanto que as novas relações representam a emancipação.

Então, a abertura da realização da questão nacional na etapa imperialista da história esteve vinculada diretamente ao regime soviético. Se a revolução foi de tipo *socialista*, na sequência da tomada do poder veio a necessidade de defesa *nacional*. Apesar de o antigo Império Czarista ser um dos Estados imperialistas na guerra, ainda que de segunda ordem, as inúmeras contradições ali presentes faziam com que se tratasse de um país atrasado em vários aspectos e em parte pilhado pelo capital financeiro europeu – sobretudo os bancos franceses (LENIN, 1982). Com a instauração do novo regime, à defesa do socialismo foi acrescentada a defesa da própria nação contra os brancos e os países imperialistas centrais, cujos interesses em meio a disputas imperialistas não poderiam aceitar a perda de um vasto território em mãos comunistas. A guerra civil, em meio a privações e ao *comunismo de guerra*, também se manifestou como uma questão nacional. "A dualidade *internacionalismo proletário* versus *interesse nacional* era encarada pelos bolcheviques como parte da necessidade da defesa da 'Pátria da Revolução'" (VISENTINI, 2013, p. 29).

A questão nacional é um fator que atravessou parte significativa da história russa, com as sucessivas tentativas ocidentais de invasão do território do Império Czarista, a exemplo da frustrada invasão napoleônica. Mas também durante a toda a história da URSS a questão nacional esteve presente. De fato, ela nunca saiu de pauta. Da eclosão da Revolução, passando pela guerra civil contra os brancos e todos os países imperialistas, a defesa do socialismo era a defesa nacional. Assim se manifestou a teoria do *socialismo num só país*, "uma necessidade transformada em virtude", segundo o reconhecimento do trotskista Isaac Deutscher, com o

significado de uma forma de mobilização interna e de reforço da defesa externa nas duras condições objetivas impostas no período (Ibidem).

Se a primeira guerra civil foi entre os bolcheviques e os brancos mais os países imperialistas e representou a disputa pela questão nacional, há também uma segunda e uma terceira guerra civil que levarão ao estado de exceção em meio aos grandes conflitos internos e internacionais. A segunda guerra civil trata-se da revolução de cima e da realização da coletivização da agricultura e da industrialização do país. A terceira é a guerra civil que divide o grupo dirigente bolchevique (LOSURDO, 2010). Então, de 1917 até 1938 quando da derrota da oposição no partido, ocorreram três guerras civis sem interrupção com potencial para acabar com o regime socialista. O clima era de extrema tensão interna, em que a última guerra civil foi desencadeada com as conspirações, as sabotagens, os boicotes, o terrorismo e as tentativas e organização de golpes de Estado em uma disputa no próprio Partido Comunista, em que a oposição organizava-se como partido clandestino dentro do Partido, com seu próprio Politburo e Comitê Central e guiada por grandes personagens do socialismo como Kamenev, Zinoviev e Trotski e com a futura expulsão do partido do último. Após o fim da NEP se junta à oposição o criador do lema "*kulaks*, enriquecei-vos", Bukharin, cujas ideias de golpe de Estado já eram presentes na época de Lenin (Ibidem). O clima interno de sucessivas tentativas de tirar as principais lideranças do poder só teria fim, como reconhecido pelo trotskista Rogowin, com os processos de Moscou e os expurgos, cujo significado é a reação da liderança sob a figura de Stalin em uma aguda luta política (Ibidem).

Portanto, o sangrento terror desencadeado pelas lideranças do PCUS está diretamente ligado à manutenção do regime em um cenário de tentativa de desestabilização vinda de dentro e de fora da URSS, em que uma derrota significaria um retrocesso tanto para a construção do socialismo como para a questão nacional. O mesmo pode-se dizer da guerra a nível internacional, em que o resultado da II Guerra Mundial seria decisivo da mesma forma. A Grande Guerra Patriótica teve como resultados a manutenção do regime socialista dos soviéticos frente à tentativa de implementar um gigantesco projeto de colonização por parte do nazi-fascismo. Caso obtivesse êxito, o projeto nazi-fascista colocaria em prática a imediata colonização e aniquilação de povos inteiros e de um enorme território do leste europeu, da Ásia e parte da África. Então, o resultado da guerra mundial e seus desenvolvimentos políticos, sociais e históricos foram um segundo grande salto da questão nacional e cujos

resultados seriam vistos décadas depois em meio às tensões da Guerra Fria e o medo de uma virada para uma guerra quente.

Durante toda a história da URSS (independente das lideranças no poder), o regime tinha como tarefa básica defender a sua própria existência diante do sistema internacional capitalista agressivo e hostil. Sempre esteve em jogo o socialismo, é claro, mas não somente. Estava em jogo também a questão nacional servindo como base para a sua ampliação a nível mundial. Partindo da premissa básica de luta pela existência do regime soviético diante dos mais variados contextos de imposição econômica, política, social, militar e diplomática dos países imperialistas, fica mais fácil entender as vezes em que a URSS não só não apoiou possíveis revoluções no centro e na periferia, como também preferiu um comportamento moderado, com fins de tentar garantir a própria existência. Ao mesmo tempo, a existência do regime significou uma grande inspiração para os povos oprimidos do mundo inteiro e, quando das suas próprias revoluções nacionais, tinham como referência a URSS.

2.2.1 A questão nacional dentro da União Soviética – as nacionalidades

Antes de passar para o problema da emancipação nacional a nível internacional e para além das fronteiras soviéticas e europeias, cabe analisar a questão nacional em território soviético. Dentro da unidade política da União Soviética, várias eram as nacionalidades constituídas como partes de uma totalidade. Normalmente, faz parte das análises ocidentais a ideia de que as nacionalidades que compunham a União Soviética eram nações oprimidas por um gigante implacável, o governo central, da mesma forma que ocorria no período czarista. Na verdade, não haveria sequer uma linha divisória entre o autoritarismo pré e pós-revolucionário. A mesma lógica se daria para a questão das nacionalidades, em que o governo com poderes absolutos não permitiria o exercício das liberdades nacionais.

Desde o século XV, quando a Rússia deixou de ser um Estado homogêneo para se transformar em um Estado multiétnico, até a queda dos Romanov, havia uma clara distinção e uma hierarquização entre os russos, os não-russos russificados e subordinados, de um lado, e os povos não-russos, de outro (SUNY, 1998). A Revolução de Fevereiro tentou resolver a questão de modo jurídico, porém “ao invés de aceitar as implicações radicais do princípio da autodeterminação nacional, os políticos liberais e conservadores mantiveram uma atitude paternalística com relação à maioria dos povos não-russos” (Ibidem, p. 39). A linha política de uma Rússia Una e Indivisível era cara também aos socialistas moderados e aos cadetes. A

posição dos bolcheviques era, em um primeiro momento, pela separação do Império e em 1918 pela criação de um Estado federal em que as nacionalidades teriam suas pátrias nacionais reconhecidas – as exceções eram a Polônia e a Finlândia, que teriam suas independências formais e completas (Ibidem).

Na Revolução de Outubro, o nascimento do novo regime não representou a ideia de um regime nacional comum, mas com ele sendo parte da construção de um futuro edifício multinacional socialista. Em sua primeira Constituição, a ainda República Soviética Russa resolveu se estabelecer como uma união livre de nações, como uma federação de repúblicas nacionais soviéticas, sendo o primeiro Estado moderno a colocar o princípio nacional na base da estrutura federal (Ibidem).

O que se pode notar então é uma clara linha de demarcação entre o período do Império czarista e o período soviético. Após a Revolução, "ocorreu um verdadeiro florescimento cultural e econômico dessas nacionalidades, muitas das quais puderam, após séculos de opressão caracterizada pela russificação forçada do czarismo, voltar a empregar livremente seu idioma" (VISENTINI, 2013, P. 32).

É com um olhar mais criterioso que se torna possível enxergar uma linha divisória em que se vê claramente o salto de qualidade de um período para o outro. Uma análise voltada especialmente para essa questão pode revelar um verdadeiro processo de emancipação em larga escala em relação ao tempo do Czar.

> A União Soviética foi o primeiro império mundial fundado sobre a *affirmative action*. O novo governo revolucionário da Rússia foi o primeiro entre os velhos Estados europeus multiétnicos a enfrentar a onda crescente do nacionalismo e a responder promovendo sistematicamente a consciência nacional das suas minorias étnicas e estabelecendo para elas muitas das formas institucionais características do Estado-nação. A estratégia bolchevique foi assumir a liderança daquele processo de descolonização que se apresentava como inevitável e levá-lo a cabo de modo tal que preservasse a integridade do velho império russo. Para tal fim o Estado soviético criou não só uma dúzia de repúblicas de amplas dimensões, mas também dezenas de milhares de territórios nacionais espalhados por toda a extensão da União Soviética. Novas elites nacionais eram educadas e promovidas a posições de liderança no governo, nas escolas, nas empresas industriais desses territórios recém-formados. Em muitos casos isso tornou necessária a criação de uma língua escrita onde lá não existia. O Estado soviético financiava a produção em massa nas línguas não russas de livros, jornais, diários, filmes, óperas, museus, orquestras de música popular e

> outros produtos culturais, Nada comparável existira antes (MARTIN, 2001, p. 1-2 apud LOSURDO, 2010, p. 171).

Fica claro o enorme processo de emancipação e, como lembrado por Adam Smith, ele se dá mais facilmente sob um "governo despótico" que sob um "governo liberal". Não fosse a condução "autoritária" do regime para a questão das nacionalidades, a opressão de séculos dos povos eurasianos permaneceria sem solução, seja sob o Império Czarista, seja sob um possível governo liberal – o da Revolução de Fevereiro.

Um caso de nacionalidade em especial não pode deixar de ser lembrado. Sempre citado como o caso da ingerência "totalitária" do governo central ou como um "holocausto" desumano, o chamado *Holodomor* ucraniano seria a prova de um verdadeiro terrorismo planificado contra as nacionalidades oprimidas arquitetado por Moscou. Essa tese foi ventilada por Robert Conquest em uma "operação político-cultural" durante a Guerra Fria, dirigida em âmbitos maiores pelo presidente americano Ronald Reagan e com a finalidade de inflamar o ímpeto dos movimentos separatistas na URSS à época sob liderança de Gorbachev. A tese seria um duro golpe nos soviéticos, ao tentar aproximá-los das atrocidades do III Reich (com sua política de solução final aos judeus) e mobilizar aquele povo que não poderia mais conviver com o seu algoz (Ibidem).

O plano das lideranças soviéticas, ainda nos primeiros anos da década de 1930, seria de impor a carestia aos milhões de ucranianos. Contudo, quem fala sobre a miséria e a fome do povo ucraniano é o primeiro-ministro francês Edouard Herriot, quando em 1934 viaja a União Soviética e nega o caráter planejado, a amplitude e a gravidade da fome. Outras fontes europeias, dessa vez de inimigos declarados do socialismo, os diplomatas fascistas italianos, falam das ajudas dos soldados enviados ao campo para trabalhar ou dos operários enviados para solucionar questões técnicas de máquinas agrícolas. Uma das maiores figuras socialistas da Ucrânia e talvez o maior representante da oposição de esquerda contra o regime soviético não faz referência alguma ao que décadas mais tarde seria veiculado como *Holodomor*. Trotski vê o conflito por independência da Ucrânia da URSS com base na inconciliável relação com a burocracia soviética e não em um crime de matar de fome a população (Ibidem).

Os acontecimentos ucranianos do período apontam no sentido de que a fome na Ucrânia em 1932-1933 se deu pela luta política no campo, devido ao boicote e queima da própria produção agrícola e o abate de gado por parte dos *kulaks*, à seca no campo no período,

à epidemia de tifo e à desordem do início da coletivização, e cuja solução se deu apenas depois e através da coletivização do campo com máquinas modernas a partir do aperfeiçoamento do modelo de propriedade da terra coletiva (*kolkhoz*) e estatal (*sovkhoz*) (MARTENS, 1994).

Os movimentos do regime soviético são totalmente opostos aos dos nazistas e sua política de aniquilação e imposição da escravidão de imensos territórios. O que o governo central buscava era a livre expressão da língua, da cultura e dos costumes ucranianos dentro da política de *affirmative action* das nacionalidades e minorias nacionais e não uma política criminosa de inanição de toda uma nacionalidade da URSS. É a partir da Revolução de Outubro que ocorre uma "ucranização" em vários setores sociais, como a cultura, as escolas, a imprensa, as publicações editoriais na língua nativa, os quadros do partido e o aparelho estatal. Para se ter uma ideia, um verdadeiro salto de publicações em ucraniano ocorreu no período: em 1931, 77% das publicações são em ucraniano e as publicações em russo caem de 72% para 52% (LOSURDO, 2010).

A questão do poder também tem significativa mudança. A legitimidade dada aos poderes das nacionalidades, no Estado e no Partido, cresceram e a equiparação das nacionalidades ao nível da Rússia chocava. Os russos nem sequer tinham um partido seu e uma academia de ciência sua e ficavam enciumados com a elevação das minorias nacionais e enfadados pela retórica antirussa do regime (Ibidem). A elevação do poder das minorias era tal que até as unidades administrativas autônomas de pequenas ou grandes etnias tinham autonomia para decidir a forma de administração específica em diversas esferas. É importante notar que o problema étnico e das nacionalidades não era explosivo até 1985, quando da implementação da *perestroika* e da *glasnost* pelo governo Gorbachev (SEGRILLO, 2013). Como aponta Segrillo, "muitos grupos étnicos conseguiram sua base territorial própria pela primeira vez durante o período soviético" (Ibidem, p. 153)

Ao mesmo tempo em que durante o período soviético foram desenvolvidas as noções das nacionalidades com autonomia em um cenário de bastante calmaria, elas ganhariam tons de violência interétnica a partir do fim da década de 1980. Os nacionalismos por independência da União seriam gerados na esteira de problemas como o declínio econômico já identificado pelas lideranças e cujas reformas não resolveram, mas aprofundaram as contradições existentes. Então, se é verdade que "diversas minorias étnicas (principalmente, mas não apenas) talvez tenham encontrado sua forma de expressão nacional *dentro* do período

soviético" (Ibidem, p. 163), também podemos afirmar que os elevados *status* das nacionalidades "podem ter servido de base para o fortalecimento de tendências de auto-afirmação" (Ibidem, 164).

A explicação para a explosão dos conflitos étnicos e de nacionalidades passa por entender que os conflitos serviram como canal de transmissão para as contradições e insatisfações já existentes vindas de outras áreas, em especial a econômica (Ibidem). Foram as "perturbações econômicas que levaram a um acirramento das tensões étnicas" (Ibidem, p. 170) no período da *perestroika* e não a questões étnicas e nacionais como vetores determinantes no processo de desintegração.

Sem dúvida, a questão nacional teve um papel importante na desintegração soviética, só que aqui ela não teve o caráter de libertação em relação ao opressor como em grande parte do século XX, mas ela serviu como uma "carta" nacionalista tanto pelas nacionalidades no sentido do resultado de problemas internos, quanto por agentes externos em busca da implosão do regime socialista. Portanto, o problema das nacionalidades no fim dos anos de 1980 não tem relação com a dominação econômica e política de caráter imperialista, mas tem a ver com os problemas gerais de toda a União e cujas reformas agravaram esses problemas (Ibidem). A questão nacional não era a contradição fundamental e nem mesmo uma das contradições principais, mas foi o resultado da agudização dos problemas econômicos internos na esteira da Revolução Científico-Técnica e cujas tentativas de reformas econômicas e políticas levaram à implosão do regime. A "carta" nacionalista foi uma válvula de escape. Inclusive, com o fim da URSS, a questão nacional sofre um grande revés, com a expansão do imperialismo americano e seus interesses políticos e econômicos sobre um vasto território eurasiano.

2.3 As revoluções dos povos oprimidos

Cabe agora falar da questão nacional voltada para a grande parte dos países do mundo. Se em um primeiro olhar descuidado, a questão nacional não se manifesta explicitamente para a URSS e para as nacionalidades internas, ela claramente se revela para o restante das nações oprimidas, assim como Lenin havia apontado no *Imperialismo* e sobre o qual já foi destacado.

Após o II Congresso da Internacional Comunista (*Komintern*), ocorre em 1920 o Congresso dos povos do Oriente. O evento tem grande importância para as lutas dos povos oprimidos de todas as partes do planeta. Se no *Manifesto Comunista* e na *Mensagem*

Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores o lema de conclusão era "proletários de todos os países, uni-vos!", no Congresso dos povos do Oriente em Baku o lema ganha um importantíssimo complemento: "proletários de todos os países e povos oprimidos do mundo inteiro, uni-vos!". Para ser mais preciso, em meio aos debates da sétima sessão do Congresso, o presidente da mesma, Zinoviev, sintetiza a ideia:

> Karl Marx, o mestre de todos nós, há setenta anos emitiu o chamado: "proletários de todos os países, uni-vos!" Nós, os alunos de Karl Marx, continuadores de sua obra, podemos expandir a formulação, completando-a e ampliando-a, e dizer: *"proletários de todos os países e povos oprimidos do mundo inteiro, uni-vos!"* (CPE[6], 1977, tradução nossa).

É com essa mensagem que se torna explícita a noção de que os povos do Terceiro Mundo também eram sujeitos revolucionários (LOSURDO, 2015a), ou seja, sujeitos capazes de serem agentes da transformação histórica, e que de fato mais tarde seriam protagonistas das grandes lutas emancipatórias do século XX. Ao celebrar os quarenta anos da Revolução de 1917, um dos mais importantes líderes dos povos oprimidos lembra que foi justamente a Revolução de Outubro quem deu grande ímpeto ao movimento de libertação nacional em todas as partes. E após a II Guerra, uma onda de revoluções tomou conta dos países coloniais e semicoloniais, em que vários deles conseguiram romper com o sistema capitalista (CHI MINH, In: PINSKY, 1980).

Podemos dizer que a vitória da URSS na II Guerra Mundial contra um gigantesco projeto de colonização, escravidão e aniquilação de bilhões de seres humanos representou um segundo impulso da questão nacional – o primeiro foi a própria Revolução de Outubro. A vitória na Grande Guerra Patriótica é decisiva na história como a afirmação dos projetos de emancipação e foi a partir dela que em todas as partes do mundo eclodiram revoluções nacionais radicalizadas. A II Guerra Mundial agravou a luta de classes entre os países imperialistas, uma vez que "também acelerou a crise do colonialismo e as lutas de libertação nacional, haja vista o enfraquecimento das metrópoles europeias, o engajamento militar dos povos coloniais e a expansão da ideologia anticolonialista" (VISENTINI, 2013, p. 56).

A ideia de acabar até mesmo com as colônias europeias dos países vencedores da Guerra tinha o apoio dos soviéticos e dos americanos, porém os últimos queriam penetrar em

---

[6] Abreviação de Congress of the peoples of the East.

novos territórios e tirar proveitos como a grande potência imperialista mundial (Ibidem). Porém, o que poderia ter sido uma passagem tranquila de territórios coloniais europeus para territórios independentes semicoloniais americanos, transformou-se em uma grande revolução anticolonial e antiimperialista em escala mundial. Não querendo trocar o carrasco europeu pelo carrasco americano, grande parte dos povos do Terceiro Mundo se levantou para ter controle sobre os caminhos a se seguir em seu país, ou seja, colocar na prática o direito de autodeterminação emancipatória dos povos, cujos debates iniciaram no princípio do século XX com os bolcheviques.

Da onda de revoluções nacionais, as mais destacadas e radicais apoiavam-se no marxismo-leninismo. Não se trata de mera coincidência, mas de condições históricas determinadas. Segundo Visentini, a base marxista-leninista das revoluções pode ser explicada por alguns fatores principais. O primeiro fator é que o marxismo oferecia uma teoria revolucionária de conquista e manutenção do poder; o segundo era uma doutrina de desenvolvimento nacional distanciada dos paradigmas liberais de tipo neocolonial; o terceiro e o quarto era o apelo pela construção da nação, seja de modo unitário ou multiétnico, e a construção do Estado a partir de uma ideologia de controle estatal com inspiração no modelo soviético; o quinto fator era o de ter uma fonte de apoio internacional em meio aos conflitos da Guerra Fria. Portanto, o apoio externo necessário vinha justamente do campo socialista, apesar de ao mesmo tempo criar certa dependência em relação ao regime soviético e por muitas vezes a ajuda ser voltada às questões militares e não às econômicas (VISENTINI, 2013).

De acordo com as características gerais das lutas de classes, alguns são os pontos em comum nos países em que ocorreram as revoluções de caráter socialista.

> Além da Rússia, revoluções de inspiração socialista e marxista ocorreram sobretudo em países em condições coloniais ou semicoloniais, em situações em que as diferenças de classe configuram-se tendencialmente como diferenças de casta, tornando agudo o problema do reconhecimento já no plano interno. Ademais, quando as classes ou castas superiores compartilham a mesma causa ou se aliam em função subalterna com os patrões coloniais, a dimensão interna entrelaça-se com a dimensão internacional, que se torna todavia a mais relevante (LOSURDO, 2015a, p. 181).

A onda de transformações de regimes políticos no pós-guerra tem início na periferia da Europa e nas cercanias da URSS, onde a libertação dos nazistas e da direita fascista

nacional ocorreu pelo Exército Vermelho e pelas guerrilhas comunistas de libertação nacional. Ali foram instaurados os regimes das democracias populares, que posteriormente ganhariam caráter socialista – Hungria, Romênia, Bulgária, Polônia, Tchecoslováquia e Albânia, além da socialista Iugoslávia desde a libertação nacional e as eleições vencidas com a quase totalidade dos votos. A tentativa de implementar regimes socialistas radicais vinha desde os tempos da I Guerra Mundial, quando a onda revolucionária que deu origem ao regime soviético chegou ao centro e à periferia da Europa, a exemplo das destacadas revoluções alemã e húngara. Contudo, foram vencidas pela pelas forças estrangeiras com a ajuda dos fascistas locais que logo assumiriam o poder (Visentini, 2013). Inclusive, as lideranças soviéticas na época (como Lenin, Trotski e Stalin) logo se viram frustradas, já que sua ideia inicial era que a revolução com toda a certeza chegaria a Europa. Porém, não apenas à periferia da Europa que a mudança de regime político chegou. Devido à libertação de Berlim pelo Exército Vermelho, o socialismo chegou até o coração da Europa capitalista e ali foi instaurado um regime socialista na metade oriental da Alemanha.

Da mesma forma que a questão nacional da Irlanda e da Polônia se fazia presente no tempo de Marx, a relação dos países do centro e do leste da Europa com os invasores alemães desde antes da II Guerra também revela a importância da questão nacional. O principal conflito se dava entre as forças populares e das guerrilhas contra o projeto de colonização nazista em aliança com os fascistas nacionais. A vitória contra os invasores veio juntamente com a vitória contra a direita fascista. Portanto, à questão nacional foi acrescentada a questão social, em que a vitória contra os nazistas possibilitou a construção dos regimes socialistas.

Diferentemente do que representou o imperialismo colonizador nazi-fascista ou o imperialismo de tipo “democrático”, a URRS não representou a figura do opressor e do explorador para o conjunto desses países. O que ocorreu foi o oposto, com a URSS tendo papel de destaque no processo de industrialização e modernização, tendo inclusive muitos prejuízos econômicos, mas também com ganhos estratégicos (Ibidem). Os problemas de relações e as tensões se davam mais em países historicamente conservadores e agrários, como a Polônia e a Hungria e os problemas gerais da questão nacional no campo socialista ainda serão parte do balanço histórico e político do trabalho.

Agora, cabe destacar os modelos mais acabados e típicos das revoluções de libertação nacional, aquelas protagonizadas por países do Terceiro Mundo propriamente, em que o nível das contradições era dos mais elevados e a questão nacional tinha significado de luta por

sobrevivência. Com a vitória dos aliados na II Guerra Mundial e o papel de protagonista exercido pela URSS, ocorreu uma verdadeira onda de revoluções de libertação nacional a nível mundial. Talvez a mais grandiosa delas tenha a sido a Revolução Chinesa, a segunda grande inflexão do marxismo rumo ao oriente. Contudo, se a tomada do poder veio após a guerra mundial, o seu desenvolvimento histórico remete a um período distante. A luta por independência nacional da China vinha desde a imposição estrangeira na Guerra do Ópio de que os chineses deveriam ser uma semicôlonia ocidental e japonesa. As tentativas de romper com a condição de submissão passam pela frustrada Revolução Taiping e pela proclamação da república por Sun Yat-sen em 1911. Porém, a luta organizada dos comunistas como protagonistas da libertação tem início com a Longa Marcha contra a guinada à direita do *Kuomitang* de Chiang Kai-Shek. Somente com a guerra do Japão contra os chineses que a perseguição aos comunistas tem fim e é formada a Frente para derrotar os invasores (MARTINS, 2013). Ao derrotar os japoneses na parte oriental da II Guerra, os comunistas ganham terreno e chegam ao poder em 1949. Mao Tsé-Tung recorda então a luta dos antepassados, por mais de cem anos tentando vencer os opressores internos e estrangeiros (LOSURDO, 2004).

Podemos dizer que quanto às implicações práticas da conquista e da perda da soberania, as reviravoltas da China ao longo dos séculos representam o caso mais acabado da luta dos povos oprimidos em relação ao poder econômico, político e social dos países imperialistas e colonialistas. O contraste entre os períodos de soberania real e os períodos de submissão aos estrangeiros é gritante. Se até a década de 1830 a China era um Estado de invejável soberania e desenvolvimento social, cultural e até mesmo econômico, com a invasão ocidental na Guerra do Ópio inicia-se um período de mais de cem anos em que rapidamente se vê a destruição de um gigante império milenar. Somente com a libertação nacional conduzida pelos comunistas é que se inicia o processo de reconstrução da nação. Podemos ver então que o desenvolvimento soberano da China conduz necessariamente à prosperidade, enquanto que a submissão conduz à miséria. Em um primeiro longo período, a China era um Estado isolado do Ocidente, soberano, rico e poderoso. Esse período foi substituído por uma rápida destruição ocidental com duração de mais de cem anos. O terceiro período tem início com o rompimento das estruturas do passado a partir de uma lenta reconstrução soberana pressionada pelo imperialismo que dura até os dias de hoje. Assim vemos que a destruição conduzida pelos países imperialistas e colonialistas costuma ser rápida, enquanto que a reconstrução desenvolve-se na longa duração.

Chegado o momento de se iniciar a reconstrução chinesa, Mao expressa assim a unidade dialética do socialismo com a questão nacional como base para o processo de desenvolvimento soberano: “ao aplicar o marxismo em nosso país, os comunistas chineses devem integrar plena e adequadamente, a verdade universal do marxismo com a prática concreta da revolução chinesa” (TSÉ-TUNG, In: PINSKY, 1980, p. 214). Portanto, longe de representar uma fórmula fechada de como chegar ao socialismo em abstrato, os chineses trataram (e tratam) de levar em consideração as suas próprias características. Tampouco se tratava de seguir à risca o legado político e teórico de Marx, Engels, Lenin e a tradição marxista-leninista, mas de aplicar as bases fundamentais da mesma tradição para as características chinesas. Portanto, historicamente vemos que a questão nacional conduzida pelo marxismo-leninismo é uma necessidade para a sobrevivência da China soberana, assim como a necessidade do PCCh como organizador moderno central do processo histórico de desenvolvimento econômico e social.

Na esteira dos movimentos de libertação nacional do Extremo Oriente, temos o pouco conhecido processo que levou à libertação da Coreia. A subjugação chinesa orquestrada pelos países ocidentais e a posterior invasão japonesa afetou diretamente a península, com a mesma sendo subjugada e depois formalmente anexada pelos japoneses em 1910. A ideia de soberania enraizada nos coreanos há séculos transformou-se num radical nacionalismo para a futura libertação nacional. Durante e após a II Guerra Mundial, comunistas coreanos, chineses e soviéticos agiam na região fronteiriça para derrotar as tropas japonesas e tomar o poder na China e na Coreia. Embora pouco se saiba, a revolução coreana foi um fenômeno nacional de toda a península e a divisão ocorreu somente a partir da participação americana na região. Após avanços e recuos das guerrilhas do norte e das tropas americanas sob a bandeira da ONU, fixou-se a divisão da nação em dois Estados no Paralelo 38 em 1951, com o norte socialista e o sul capitalista (VISENTINI, 2013). A libertação nacional ficou, portanto, pela metade e o regime do Norte desde então é pressionado pelo imperialismo americano até as últimas consequências. O caso da Coreia tem uma característica a ser destacada, qual seja, a da ideia de uma soberania invejável, exercida até mesmo em relação aos países socialistas vizinhos China e URSS (hoje a capitalista Rússia) e principalmente em relação ao vizinho capitalista Japão e ao sempre agressivo Estados Unidos. Porém, com a soberania e a questão nacional em primeiro lugar, os coreanos entram no *hall* de países "totalitários" e os preconceitos gerados pelos ideólogos do imperialismo são ainda maiores do que no caso da

China. O senso comum ideológico afeta até mesmo as esquerdas do Ocidente, já desde muito cooptadas pela ideia da exportação da democracia liberal.

Ao sul da China, as lutas por libertação nacional se deram na região da Indochina. Diferentemente do tipo de submissão semicolonial da China, a região da Indochina foi uma colônia de fato dos franceses desde meados do século XIX. Com o expansionismo japonês no século XX, a Indochina foi invadida e ocupada pelas forças nipônicas. Simultaneamente, começaram a se destacar os movimentos por libertação nacional de Laos, Camboja e Vietnã, até derrota do Japão na II Guerra em 1945. Ainda foram necessárias a luta pela independência vietnamita contra o projeto colonial francês em 1954, a independência cambojana em 1953 e a independência limitada de Laos ainda em 1949. Logo, a divisão forçada do Vietnã e a presença dos americanos no cenário regional marcam o início da Segunda Guerra do Vietnã. O fim do conflito apenas se daria com a derrota da maior potência imperialista do mundo contra uma pequena nação camponesa, a reunificação do Vietnã e a libertação nacional definitiva em 1975, totalizando trinta anos de uma prolongada luta por libertação nacional contra os invasores colonialistas e imperialistas (Ibidem). O resultado do desenvolvimento daquele processo histórico passa por compreender que "a vitória do Vietnã sobre os Estados Unidos só foi possível porque a *guerra* representou a *expressão nacional de uma revolução social*" (Ibidem, p. 227).

Rumo ao Oriente Médio, tiveram as revoluções do Iêmen do Sul contra o domínio inglês e do Afeganistão com a participação soviética. Cabe ressaltar as radicais transformações sociais no Afeganistão, como o reconhecimento de amplos direitos sociais e principalmente para as mulheres. Na África, os movimentos de libertação nacional radicalizados sob inspiração marxista-leninista resultaram nas mais destacadas revolução etíope de 1974 e nas revoluções moçambicana e angolana de 1975, além do estabelecimento de outros governos socializantes nas ex-colônias portuguesas. Na milenar Etiópia, a força central da revolução veio dos militares insatisfeitos com a atrasada estrutura feudal socioeconômica do país comandado pelo imperador Hailé Selassié. O novo poder resultou nas transformações sociais para as camadas populares, na reforma agrária e nas nacionalizações. Em Moçambique e em Angola, a as forças de libertação nacional atuaram para romper com a colonização portuguesa após a crise do salazarismo e da Revolução dos Cravos de 1974. Na sequência das independências, foram implementadas políticas sociais e nacionalizações das empresas. Na África ainda foram constituídos outros governos socialistas e de libertação nacional: Congo em 1963 (a primeira república popular e socialista do

continente), Benin em 1972, Madagascar em 1975, Seychelles em 1977. O marxismo ainda foi utilizado como elemento legitimador de governos que não alteraram as estruturas sociais de seus países, como nos casos das ex-colônias de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, além de Burkina Faso (Ibidem).

A outra região a ter como protagonistas da libertação as forças os socialistas foi a América Latina, em especial a zona centro-americana e caribenha. A principal libertação nacional da região foi a Revolução Cubana de 1959, em que uma pequena ilha ex-colônia espanhola e depois semicolônia americana colocou abaixo séculos de opressão e dominação estrangeira e colocou em marcha um profundo processo de transformação social (DANILEVICZ, 2013). Mais tarde, em 1970 , foi a vez da Guiana, em 1979 ocorre a Revolução Nicaraguense, no mesmo ano tem vez a Revolução de Granada.

Como vimos, no pós-guerra as revoluções nacionais mais radicas e importantes foram protagonizadas pelas forças socialistas, no sentido de representar uma dura derrota ao imperialismo em regiões específicas. Porém, outras revoluções ou movimentos nacionais de caráter nacionalista também representaram derrotas duras ou parciais ao imperialismo. Cabe destacar o nacionalismo na América Latina, a descolonização da África e da Ásia, principalmente o nacionalismo dos países árabes, como no Egito, no Iraque e na Síria, além das revoluções da Argélia e do Irã (persa).

Esses movimentos de libertação são a representação política de uma etapa histórica, já que “durante a fase imperialista, as contradições sociais mais agudas deslocam-se para a periferia, onde o processo de proletarização se tornou mais acentuado, com o êxodo rural e a implantação da agricultura voltada ao mercado” (VISENTINI, 2013, p. 18). E é na época do imperialismo que a questão nacional se manifesta de forma mais clara. Porém, nem sempre se manifesta de uma forma predeterminada. A questão nacional pode assumir várias formas e não está determinada a ser a conduzida por uma classe específica necessariamente. Segundo Losurdo, Stalin sintetizou com eficácia o ponto de vista de Lenin sobre as possíveis formas que a questão nacional pode assumir:

> Nas condições de opressão capitalista, o caráter revolucionário do movimento nacional de modo nenhum implica obrigatoriamente a existência de elementos proletários no movimento, a existência de um programa revolucionário ou republicano no movimento, ou a existência de uma base democrática no movimento. A luta do emir afegão pela independência do Afeganistão é objetivamente uma luta revolucionária, apesar do caráter monárquico das concepções do emir e de seus seguidores [...] A luta dos mercadores e dos intelectuais burgueses egípcios pela

> independência do Egito, pelas mesmas razões, é uma luta objetivamente revolucionária, por mais que os chefes do movimento nacional egípcio sejam burgueses por origem e pertença social e por mais que sejam contra o socialismo, enquanto a luta do governo operário inglês para manter a situação de dependência do Egito, pelas mesmas razões, é uma luta reacionária, por mais que os membros deste governo sejam proletários por origem e pertença social e por mais que sejam pelo 'socialismo' (LOSURDO, 2006, p. 37, apud STALIN, 1924)

Portanto, ainda que a questão nacional seja conduzida em algum momento histórico por um movimento autoritário, conservador, socialmente reacionário, a questão fundamental gira em torno justamente da questão nacional, em que o essencial é a implicação de uma derrota para o imperialismo naquele território e como consequência a emancipação nacional de uma nação. Independente do seu caráter social, as revoluções dos povos oprimidos também são lutas pelo reconhecimento enquanto ser humanos dignos de igualdade. Elas representam as lutas pelo reconhecimento de humanidade dos povos do Terceiro Mundo contra a hierarquização dos povos tão cara à tradição liberal.

Uma semelhança entre a maioria dos casos destacados é justamente a contradição fundamental até a tomada do poder. O principal conflito social, ou seja, a luta de classes fundamental se dava entre o país em questão e as forças imperialistas e colonialistas em meio aos conflitos sociais internos. O impedimento da soberania nacional de fato leva à impossibilidade de se romper com as demais contradições sociais. Relembrando Marx, a luta *social* assume o caráter de luta *nacional* para os países oprimidos e explorados. E dando razão a Lenin, a luta nacional se dá em contraposição aos interesses imperialistas. Assim se revela a questão nacional como a principal luta a ser travada, a luta política determinante para o desenvolvimento de todas as demais.

2.4 As conquistas democráticas das classes populares nos países imperialistas

Já sabemos que a democracia liberal é ao mesmo tempo o reino da opressão e da exploração e o resultado das lutas de classes. Historicamente, o desenvolvimento das lutas de classes possibilitou a conquista de direitos e liberdades dentro dos marcos da democracia liberal, ainda que a contragosto das burguesias, cujo ponto de vista pode ser sintetizado assim:

> A sociedade burguesa-liberal tende a ler em termos naturais e de raça os próprios conflitos de classe. É por isso que, quando se rebelam, os trabalhadores das metrópoles são denunciados como bárbaros, como aqueles que ameaçam com a

> barbárie no interior do mundo civilizado que já tem que se proteger dos bárbaros externos (LOSURDO, 2006, p. 107).

E foi a partir da II Guerra Mundial e das lutas de classes que nos países imperialistas foram ampliados os direitos populares dos "bárbaros" que ameaçavam a democracia civilizada. Diante do contexto político e econômico geral do pós-guerra, um conflito interno das classes exploradoras definiu pontos importantes de como seria estruturado o capitalismo no Ocidente. Uma das possibilidades era a instauração do neoliberalismo já nos anos de 1940. Em 1947, na reunião da Sociedade de Mont Pèlerin, na Suíça, encontraram-se grandes defensores das liberdades, como Friederich von Hayek, Milton Freidman, Karl Popper, Ludwig Von Mises, Walter Lipman, Michael Polanyi, além de outros campeões da liberdade. Os participantes eram duros adversários do *New Deal* americano e do Estado de bem-estar social europeu em construção. Os objetivos dos neoliberais era preparar as bases para um capitalismo sem intromissões de tipo keynesianista e o ataque aos direitos da população deveria ser imediato, para defender integralmente os interesses das burguesias imperialistas (ANDERSON, 1995). Contudo, os interesses das burguesias dependem das lutas políticas no seio das próprias classes exploradoras e principalmente com as classes populares. Então a concretização do projeto neoliberal levaria pouco mais que duas décadas para ser colocado em prática. Naquele momento histórico em que as classes populares estavam exaustadas pela guerra e queriam recompensas pelo esforço realizado, além da politização popular promovida pelas libertações nacionais com grande participação da esquerda e do Exército Vermelho, seria extremamente arriscado promover uma ofensiva cujos resultados poderiam ser desastrosos política e economicamente.

O modelo de capitalismo dali em diante teria como base o keynesianismo e o controle do mercado em defesa dos grandes monopólios. Ao mesmo tempo, as classes populares ganhariam direitos sociais, civis e estabilidade econômica. A adoção do modelo de Keynes foi o próprio resultado das lutas de classes. O motivo para ceder à distribuição tinha como base também o receio da radicalização dos comunistas, visto que na França e na Itália eles poderiam ter tomado o poder depois da derrota do nazi-fascismo e até aquele momento tinham os maiores partidos comunistas do Ocidente. Outro motivo era que o nível de vida no modelo socialista soviético era muito elevado e o prestígio da URSS promovia a ideia de qualidade de vida sem o conjunto das opressões e explorações capitalistas, além da onda de libertações nacionais em todos os continentes que inspiraram a esquerda ocidental. De um modo geral, "os anos de ouro do Ocidente só foram possíveis porque a Revolução Russa

ameaçou a sobrevivência do capitalismo e desafiou este a tornar-se civilizado" (RIBEIRO, 2013).

Se no Ocidente a base da inspiração das classes populares no perídio era a URSS, a inspiração imediata era muitas vezes as grandes revoluções anticoloniais e antiimperialistas. Foi justamente a questão nacional no Terceiro Mundo que influenciou as classes exploradas no centro. Como exemplo podemos tomar o caso dos negros americanos, que se levantaram contra o regime racista da *white supremacy*, a violência do aparato repressor do Estado e a extrema direita racista. A radicalização dos movimentos dos negros se deu no mesmo período em que a onda de revoluções nacionais tomava o Terceiro Mundo e a aproximação política se dava muito pela semelhança da discriminação sofrida pelos negros nas periferias americanas e os povos negros na África e amarelos na Ásia. A inspiração nos movimentos de libertação nacional era tanta, que inclusive não foram poucos os que aderiram politicamente ao maoísmo. Também cabe destacar o movimento das mulheres ocidentais, cuja condição na URSS inspirou os movimentos sufragistas e a luta por igualdades sociais, como a igualdade de salário.

Então, a partir das lutas políticas entre as classes sociais, o imperialismo foi obrigado a adotar os planos que cediam mais direitos e garantias econômicas para a população em geral e o modelo proposto por Keynes dava conta tanto do crescimento econômico em favor das burguesias quanto da modesta distribuição social até a próxima grande crise capitalista. Ainda podemos pensar que se até no modelo vencedor de Keynes estouraram revoluções décadas depois da Guerra, com a aplicação do modelo neoliberal naquela conjuntura mundial, a revolução poderia ter se ampliado no Terceiro Mundo e inclusive poderia chegar ao centro da Europa capitalista. Em alguma medida, o calculo político da burguesia foi correto. Também é fato que nos países periféricos onde não ocorreram revoluções, a luta por direitos teve inspiração direta ou indireta do quadro histórico aberto com a Revolução de Outubro e seguido pelas revoluções nacionais no Terceiro Mundo.

2.5 A centralidade da questão nacional no século XX

Ao enfatizar a centralidade da questão nacional no século XX, podemos primeiramente passar pelos problemas de relações entre os países do chamado campo socialista. Se por um lado a II Guerra teve como resultado alguns governos socialistas na periferia da Europa e nas cercanias soviéticas, por outro lado a URRS exerceu um papel de

hegemonia na região em que os países do leste europeu tinham uma soberania limitada e que de certa forma acabou se chocando com a teoria do direito à autodeterminação (LOSURDO, 2015b).

A questão da soberania nacional no campo socialista ainda foi tema de debate por parte dos comunistas chineses, que em meio ao início das tensões sino-soviéticas e com o papel exercido pela URSS de Kruschev, sublinhavam a necessidade de superar a tendência do chauvinismo de grande nação, ou até mesmo a ação ambiciosa de um país socialista intermediário ao exercer pressões em países socialistas pequenos. Todavia, os conflitos ali presentes não representavam uma luta entre classes contrapostas. Mais tarde, é verdade, os chineses cairiam em erros, tal qual o de acusar a URSS de um suposto "social-imperialismo" (LOSURDO, 2015b), aproximando equivocadamente o papel imperialista dos EUA ao exercido pela URSS em meios às contradições da questão nacional no campo socialista e às transformações internas do regime soviético. Nos dias de hoje pode ser mais fácil fazer análises distanciadas das tensões presentes à época no campo socialista, porém muitas das vezes as acusações mútuas de traição do socialismo vinham de uma disputa para saber quem eram os verdadeiros marxistas, enquanto a disputa pelo "purismo" marxista e a consequente fragmentação de antigos aliados socialistas tinha como principal beneficiário os Estados Unidos e suas ações imperialistas, como no caso da articulação americana para isolar a URSS a partir da reaproximação com a China.

Então, ainda que a questão nacional tenha passado por contradições a partir de erros importantes vindos de mais de uma parte, não restam dúvidas da sua importância para as classes oprimidas de todo o mundo. A questão nacional colocou dezenas de nações como protagonistas de uma grande libertação em escala mundial. Foi a partir dela que uma série de contradições foi elevada a um novo patamar, seja no âmbito interno de cada revolução ou até mesmo em países em que a revolução não chegou perto de acontecer. As dezenas de nações oprimidas foram as maiores protagonistas das lutas políticas, através de uma drástica transformação histórica e política, ao romper com as amarras do colonialismo e do imperialismo e possibilitar o desenvolvimento das nações e da história num geral.

Se, a partir de Marx, fica claro que "a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes" (MARX, 2010, p. 40) e elas devem ser entendidas dentro *da teoria geral do conflito social*, entre os conflitos sociais há uma luta de classes determinante ao longo da história do século XX e essencial para o seu desenvolvimento. O

que proporcionou o desenvolvimento histórico do século XX, ou seja, a sua força motriz, foi justamente a questão nacional, ao alterar radicalmente os caminhos da história e abalar as bases do imperialismo. Em meio ao desenvolvimento histórico do século XX, Samir Amin confirmava que "a libertação nacional continua a ocupar o primeiro plano da cena" (AMIN, 1981, p. 168) e que a crise capitalista da década de 1970 era uma das comprovações de que "a contradição centro/periferia continua a ser o aspecto principal pelo qual se manifesta o conjunto das contradições (fundamentais e secundárias)" (Ibidem, p. 169). Portanto, a análise acerca do século XX passa necessariamente por uma categoria central, a questão nacional; e o sujeito histórico transformador fundamental foi o conjunto dos povos oprimidos.

2.6 Fim do socialismo e da questão nacional?

Com o fim da URSS e de grande parte do campo socialista, algumas teses foram desenvolvidas pelos ideólogos do imperialismo, entre elas a que finalmente havia chegado o fim da história (como estaria supostamente entendido na filosofia Hegel) e que a partir da queda do Muro de Berlim o pensamento único neoliberal serviria como guia universal da política e da economia. O início do último capítulo do desenvolvimento histórico se daria por motivos de que o socialismo, agora derrotado, havia ficado para trás e, portanto, o mesmo valeria para a questão nacional. Contudo, a tese neoliberal conservadora do *status quo* imperialista tem grandes problemas de cunho teórico e prático. Quanto ao primeiro, foi feita uma análise conservadora da filosofia hegeliana, no sentido de que o filósofo teria previsto em algum momento o fim da história, enquanto que na realidade o que se apreende do autor e de sua metodologia é exatamente o oposto, uma história sem fim, dialética, em que o surgimento das contradições sociais sugere as suas próprias superações, e em seguida ocorre uma nova etapa de contradições a serem superadas novamente; e assim se seguiria o desenvolvimento histórico. Já o segundo, implicaria que com o fim da maioria dos Estados socialistas teríamos chegado ao ápice da liberdade na história e dali em diante a história não teria mais para onde se desenvolver. A realidade é que não foi no fim do século XX que a liberdade teria chegado ao seu ápice, mas toda a história do século XX representa o desenvolvimento da liberdade a partir das lutas de classes em todos os níveis, centrada nas lutas por emancipação nacional e guiada pelos movimentos socialistas, anticolonialistas e antiimperialistas. Desse modo, a desintegração de grande parte do campo socialista não representa o ponto final da história gerada de uma leitura conservadora da filosofia da história, mas representa um retrocesso de uma história não linear e sujeita a eventuais retrocessos parciais.

Os avanços e retrocessos históricos até a estabilização de um sistema político e econômico superior faz parte da própria história da burguesia e da ascensão do capitalismo. Quando da passagem do feudalismo para o capitalismo, a burguesia primeiramente levou séculos para se tornar uma classe ameaçadora do Antigo Regime, e depois da tomada do poder foram várias as lutas políticas para derrotar os adversários da aristocracia, das outras alas da burguesia e também das classes populares. A não linearidade histórica se faz presente em todo o processo até a estabilização da burguesia como classe dominante, passando pelas etapas das revoluções burguesas, pela Restauração e pelo Congresso de Viena, pelas revoluções populares (como a Primavera dos Povos e a Comuna de Paris) e as contrarrevoluções, em que podemos ver um longo processo de aprendizagem de como controlar o sistema político e econômico.

Então por que o processo de desenvolvimento histórico chegaria ao fim justamente com a derrota parcial do desafio socialista e das emancipações nacionais? As transições de longa duração cujo resultado levou a burguesia ao poder também estão presentes na longa passagem do capitalismo para o socialismo. Portanto, as implicações teóricas e práticas da tese dominante nos anos de 1990 jamais se sustentaram e o que vemos no período em que segue do fim dos Estados socialistas é a agudização das contradições do capitalismo e não o fim das contradições. O resultado imediato do fim da URSS e da maioria dos Estados socialistas foi uma destruição em larga escala, gerada com uma rigorosa aplicação mundial do neoliberalismo, em que a espera do projeto neoliberal dos anos de 1940 e sua condução na prática a partir da década de 1970 enfrentava cada vez menor resistência organizada dos setores populares do centro e da periferia do mundo. Prevendo a gigantesca destruição em puro estado de êxtase, o "democrático" jornal *New York Times* comemora em 1993: "finalmente retorna o colonialismo, estava na hora!" (LOSURDO, 2015a, p. 276 apud JONHSON, 1993, p. 22). O Ocidente liberal e civilizado deveria governar nos lugares desolados, era como uma missão moral (Ibidem), uma irresistível vontade de impor democracia e direitos humanos ao redor do mundo. O imperialismo sob hegemonia americana atuou da maneira mais devastadora possível onde quer que fosse necessário exportar a democracia da "nação eleita" por Deus, desde os países com soberania de fachada até os países invadidos militarmente.

Contudo, a partir de um momento começou um processo político inesperado para os países imperialistas, com o aparecimento explícito de inúmeras contradições e uma resistência

política ao imperialismo, seja de nações que conseguiram manter sua soberania mesmo com os desastres de 1989 em diante (alguns exemplos são China, Vietnã, Cuba, Coreia Popular, Irã, Líbia, Síria), seja de nações que começaram aos poucos a se levantar contra o imperialismo (como os nacionalismos mais ou menos moderados da América Latina, o retorno da Rússia soberana, de países africanos e asiáticos). Ao mesmo tempo, a imposição neoliberal não deixou de existir (e reverter os quadros) em outros tantos países e regiões e mostrou-se a inevitabilidade de se agravarem as contradições, com as crises, as destruições, as guerras, os golpes de Estado, as revoluções coloridas, a polarização e a perda de parte do controle político pelo do núcleo duro do imperialismo – seja pela forças antissistêmicas, seja pela ação das alas minoritárias das burguesias, como a ala extrema direita ou conservadora.

Diante do quadro geral repleto de contradições, vemos claramente que o fim tanto do socialismo quanto da questão nacional não foram decretados, objetivamente, na medida em que as ações imperialistas descritas com precisão por Lenin não foram superadas e ainda estão presentes. A tese do fim da história pode ser substituída por outra tese mais lúcida:

> O que colapsa entre 1989 e 1991 não é, então, o "Antigo Regime" ou a "antiga ordem"; os derrubados são os herdeiros ou os epígonos do novo regime, isto é, da nova ordem revolucionária que, entretanto, nunca superou o estado de precariedade (LOSURDO, 2015a, p. 290).

O que ocorre a partir de 1989 é, portanto, uma Restauração, do mesmo modo que ocorreu com as outras revoluções burguesas em relação ao Antigo Regime (Ibidem), em um processo histórico de continuidade (ainda que com a possibilidade de retrocessos parciais) e também de passagem do capitalismo para o socialismo, que tem a questão nacional como fio condutor dessa longa transição iniciada com a Revolução de Outubro. Importante destacar que essa transição ocorre no plano internacional e está sujeita a "recuos e desvios para, posteriormente, retomar seu curso" (VISENTINI, 2013, p. 393).

Para ilustrar a transição do capitalismo para o socialismo e o fim dos Estados socialistas, é interessante pensar a partir de uma reflexão de Alain Badiou. Desde quando o capitalismo e a burguesia deixaram de representar o progresso, uma hipótese inicial foi lançada quanto à possibilidade da superação das opressões e explorações capitalistas. O século XX foi o grande palco dessas tentativas, porém, de um modo geral, elas "fracassaram" em certo sentido, foram derrotadas. Badiou questiona:

> O que significa exatamente "fracassar", quando se trata de uma sequência da História em que essa ou aquela forma da hipótese comunista é experimentada? O que quer dizer exatamente a afirmação de que todas as experiências socialistas sob o signo dessa hipótese "fracassaram"? Esse fracasso é radical, isto é, exige o abandono da própria hipótese, a renúncia de todo o problema da emancipação? Ou é apenas relativo à forma, ou à via, que ele explorou e em que ficou estabelecido, por esse fracasso, que ela não era a forma certa para resolver o problema inicial? (BADIOU, 2012, p. 9).

Ainda que incorra no erro de ter uma forma "certa" ao se tratar de experiências que necessariamente cairão em equívocos maiores ou menores em um duro processo de aprendizagem, o filósofo maoísta lembra que o fracasso sem o abandono da hipótese de regimes de novo tipo e historicamente viáveis "é apenas a história da justificação dessa hipótese" (BADIOU, 2012, p. 10), em que os avanços e os fracassos são partes inerentes do processo até a chegada da vitória.

A tal hipótese, válida para o socialismo ou para um longínquo e indefinido comunismo, confirma-se também para a questão nacional, na medida em que os fracassos do socialismo estão diretamente ligados aos da questão nacional e a mesma relação tem validade para os sucessos, como já foi visto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que as lutas centrais do século XX (a sua verdadeira força motriz) foram pautadas principalmente pela questão nacional, a luta de classes fundamental em que todas as outras lutas giraram ao redor. Os movimentos por libertação mais radicais foram hegemonizados pelos comunistas de toda a parte, apesar de assumirem outras tantas formas possíveis. As tentativas de construção de novas formações sociais refletiram os anseios nacionais de cada nação em contraposição aos interesses imperialistas, no sentido de que cada formação social nacional possui suas próprias particularidades, e os movimentos nacionais de libertação são a manifestação dessas particularidades. Além disso, também se revelou a convergência entre questão nacional e socialismo, em que a questão nacional está dialeticamente ligada à construção de uma sociedade socialista. Ou ainda, que a questão nacional impõe necessariamente uma derrota ao imperialismo em determinado território, para que desse modo se torne possível a construção de uma unidade nacional e estatal de novo tipo, qualitativamente superior, seja pela via socialista ou mesmo pela via antiimperialista apenas.

Ainda que tenha havido inúmeros retrocessos desencadeados pelo fim de boa parte dos Estados socialistas e tenha sido declarado o fim da história, temos uma continuidade com o período histórico iniciado coma a Revolução de Outubro, em que a relação de opressão e exploração de alguns poucos países com as quatro partes restantes do mundo seguem como principal contradição política e econômica. Podemos dizer que "entre as teses que agora caducaram com as implacáveis conturbações mundiais, com certeza não se encontra a tese leniniana da 'enorme importância da questão nacional'" (LOSURDO, 2015b, p. 188).

Porém, para setores da esquerda mundial (principalmente ocidental), deveríamos esquecer os embates políticos do século XX, um passado cujo resultado teria sido a aplicação equivocada da pura teoria marxiana. Por parte desses setores, deveríamos fazer frente com o imperialismo e a tradição liberal ao esquecer as libertações nacionais e o socialismo, com último representando o verdadeiro pecado original do século XX (LOSURDO, 2013). As novas lutas sociais deveriam ter como base o retorno a um mítico e inexistente Karl Marx, em que as mãos não fiquem sujas da ação histórica transformadora. A atitude aqui relatada trata-se de um cômodo retorno à utopia "pura" e imaginada, uma fuga da realidade e do enfrentamento, em que a impotência política facilita a aceitação do universalismo imperialista e da democracia liberal a partir da renúncia da luta política (LOSURDO, 2015b). Dessa

forma, o socialismo do século XXI é colocado em abstrato, distanciado tanto da prática quanto da questão nacional.

A relação que se deve ter com o passado é a de continuidade. Portanto, as lutas políticas do século XXI não passam pelo retorno ao passado imaginado, assim como a questão nacional (guiada por nações socialistas ou nações apenas nacionalistas e antiimperialistas). O significado das lutas é de atualidade, visto que as contradições fundamentais seguem vivas desde o surgimento do imperialismo. Se a partir de uma análise geral a questão nacional se mostra politicamente central, com as graves crises do capitalismo no século XXI ela se torna cada vez mais explícita. Por vezes ela pode mudar a sua forma, assumir novos traços, ou até se tornar mais complexa, porém a sua centralidade e atualidade permanecem.

A tese do final do século XX de que "há que se colocar sempre o imperialismo no centro da reflexão sobre o capitalismo contemporâneo se se quiser determinar os obstáculos que atualmente se erguem perante o socialismo" (AMIN, 1981, p. 202) é válida também para a questão nacional e permanece atual. Podemos acrescentar que "em nossos dias, a questão nacional se apresenta talvez ainda mais complexa do que na época de Lenin" (LOSURDO, 2015b, p. 186). Como exemplo, a tentativa de recolonizar o Terceiro Mundo acirra a questão nessas regiões e a derrota dos movimentos comunistas faz com que ela se manifeste acentuadamente de modo religioso e até mesmo fundamentalista. Nas imediações da Europa, a ação das potências imperialistas provoca a dissolução de unidades estatais e nacionais (Ibidem).

No tempo presente, a atualidade da questão nacional independe do imediato sucesso ou fracasso da mesma. A questão nacional permanecerá fundamental por toda a época em que existir o imperialismo, na medida em que a força política e econômica fundamental do mundo gera necessariamente os seus opostos e as contradições econômicas, políticas e sociais entre as classes sociais antagônicas são acentuadas. Nas últimas décadas, o avanço do neoliberalismo tem provocado a agudização das contradições em todas as partes. As ações imperialistas pressionam os povos oprimidos a tal ponto e de tantas formas que necessariamente surgem movimentos que se contrapõem ao imperialismo e em defesa de seus interesses, primordialmente interesses nacionais. Inclusive,

> o triunfo do neoliberalismo (com a derrota de qualquer projeto de solidariedade) e a nova constelação internacional tendem a recolocar na ordem do dia a questão

> nacional inclusive em países em que pareciam tê-la resolvido definitivamente desde há muito (Ibidem, p. 188).

Além do revés de nações outrora claramente soberanas podemos acrescentar o avanço da submissão ao imperialismo em nações em que a questão nacional sequer chegou perto de se resolver, como a América Latina, região submetida mais uma vez à Doutrina Monroe estadunidense, em que as ações são realizadas a partir de sofisticadas manobras imperialistas de tirar à força e à base de golpes de Estados inúmeros governos com base popular (a atual resistência antiimperialista tem a Venezuela, a Bolívia, a Nicarágua e Cuba). A grande crise em que se encontra o imperialismo é grave a tal ponto que nem mesmo governos submissos são poupados, visto que a necessidade econômica não permite aceitar apenas grande parte das riquezas nacionais, mas implica a necessidade da *totalidade* da riqueza das nações oprimidas. Assim, os golpes de Estados e as revoluções coloridas não têm como alvo apenas nações em que o imperialismo tem nenhuma ou pouca marcha de manobra interna, mas históricos aliados dos países imperialistas também sofrem com a onda de golpes.

Ainda que existam os retrocessos em imensos territórios, o cenário geral de lutas internacionais do presente século indica um deslocamento da questão nacional para o Oriente, em que principalmente Irã, Rússia e China representam o centro mais importante da luta antiimperialista na Eurásia e aos poucos levam outras nações a seguirem o mesmo caminho, como exemplo as atraentes relações *ganha-ganha* multilaterais de caráter não imperialista e a Nova Rota da Seda (ESCOBAR, 2018). Rússia e China inclusive aprenderam com o passado e, em uma nova situação internacional, atuam de forma mais flexível em suas políticas externas e se diferenciam de um passado marcado por conflitos no seio dos países aliados (à época o campo socialista), cujos resultados imediatos favoreceram os EUA e facilitou a derrocada de inúmeros Estados socialistas.

Em especial, a China é a peça fundamental da luta por emancipação nacional (questão nacional) no presente século. Uma possível (mas improvável) derrota do país liderado pelo Partido Comunista da China representaria também uma derrota para os projetos de emancipação nacional no século XXI. Poderíamos acrescentar e dizer que se a questão nacional depende da China em algum sentido, a China depende do socialismo para manter a sua soberania e não voltar aos anos das humilhações e imposições ocidentais. Então, a questão nacional decisiva para o século XXI, qual seja, a questão nacional chinesa, depende

necessariamente da manutenção do Partido Comunista no poder – um dos partidos comunistas no poder que sobreviveram aos eventos de 1989 em diante. Além disso

> Não seria exagero afirmar que o maior acontecimento de nosso tempo está no fato de um partido comunista formado na esteira da 3ª Internacional fundada por Lênin esteja à frente da maior nação do mundo, um país pronto a tomar a dianteira da economia internacional. Nada disso estaria ocorrendo sem que o próprio PCCh também não demonstrasse capacidade de se reinventar ao longo do tempo (JABBOUR, 2018).

Desse modo, confirma-se a noção de que ao longo do processo histórico temos uma continuidade com as experiências do passado, ainda que os retrocessos parciais sejam parte inerente desse desenvolvimento. E apesar de parcialmente derrotada, a tradição socialista segue tendo papel essencial para a atualidade das lutas políticas.

No século XXI, o desenvolvimento em andamento indica grandes conflitos sociais entre classes sociais cada vez mais inconciliáveis a nível internacional e a nível interno dos Estados nacionais, em que o resultado dos choques entre os lados antagônicos indicará para qual direção a história tende a seguir em um primeiro período, seja pela via das grandes emancipações ou pela reafirmação do imperialismo, e cujos resultados dependerão da efetividade da luta política travada pelas classes oprimidas.

Por fim, é importante salientar que a questão nacional se desenvolve na história na longa duração, encontrando-se, portanto, ainda em etapa não concluída. Ela só estará concluída quando do fim do imperialismo e das opressões e explorações entre as nações. Também podemos destacar a impossibilidade de entender o socialismo distanciado da questão nacional, assim como é impossível entender a questão nacional distanciada do colonialismo e do imperialismo. Juntos, o socialismo e a questão nacional não podem ser entendidos sem levar em consideração o período histórico inaugurado pela Revolução de Outubro de 1917, cujos desenvolvimentos levaram e levam até hoje às grandes lutas por emancipação e à transição do capitalismo para o socialismo em nível mundial.

Diante da complexidade e da importância da questão nacional na atualidade, não se trata apenas de não esquecê-la como parte essencial das páginas de lutas do passado, mas de lembrá-la a todo o momento como categoria central para a superação das contradições fundamentais dos países do Terceiro Mundo e das classes oprimidas como um todo.

REFERÊNCIAS

AMIN, Samir. **Classe e Nação – na história e na crise contemporânea**. Lisboa: Moraes Editora, 1981.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

CHI MINH, Ho. **O caminho que me levou ao leninismo**. 1960. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/ho_chi_minh/1960/04/leninismo.htm>. Acesso em 25 de outubro de 2018.

CONGRESS OF THE PEOPLES OF THE EAST. 1920, Baku. Nova York: New Park Publications Ltd, 1977.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo; CLEMENTE, Márcia da Silva. **VII Colóquio Internacional Marx Engels: Marx e as revoluções dos povos colonizados: breves notas teóricas e metodológicas.** Campinas, 2012.

ESCOBAR, Pepe. **The Xi Silk Road is here to stay**. 2018. Disponível em <http://www.atimes.com/article/xi-silk-road-stay/>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

HOBSBAWM, Eric J.. **A Era das Revoluções. 1789 – 1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013a.

_____. **A Era do Capital. 1848 - 1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013b.

JABBOUR, Elias. **Xi Jinping, a China "recentralizada" e a "nova formação econômico-social"**. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/12/xi-jinping-a-china-recentralizada-e-a-nova-formacao-economico-social>. Acesso em 30 de novembro de 2018.

LENIN, Vladimir. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global Editora, 1982.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. São Pulo: Boitempo, 2015a.

_____. **Fuga da História? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

_____. **Liberalismo. Entre civilização e barbárie**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

_____. **Marx e o balanço histórico do século 20**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015b.

_____. **O pecado original do século XX.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2013.

_____. **Stalin: história crítica de uma lenda negra**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

MARTENS, Ludo. **A coletivização e o "holocausto ucraniano". In: Um outro olhar sobre Staline**. 1994. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/martens/1994/olhar/09.htm>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

MARX, Karl; Engels, Friederich. **A Ideologia Alemã.** São Pulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Sobre o Colonialismo – Volume 1**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978a.

_____. **Sobre o Colonialismo – Volume 2**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978b.

SEGRILLO, Angelo. **O declínio da União Soviética: um estudo das causas**. Curitiba: Prismas, 2013.

SUNY, Ronald Grigor. **A Revolução de Outubro e o problema das nacionalidades**. Estudos avançados 12 (32), 1998.

PINSKY, Jaime (Org.). **Questão Nacional e Marxismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

STALIN, Joseph. **Sobre os fundamentos do leninismo**. 1924. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1924/leninismo/index.htm>. Acesso em 25 de outubro de 2018.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; RIBEIRO, Luis Dario; MARTINS, J. M. Q.; GROHMAN, Luis Gustavo Mello. **Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional**. 1. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.